

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A partilha da Palestina e a criação de Israel na imprensa brasileira (1947 -1948)**

Denise de Oliveira Barreiro

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2013

Denise de Oliveira Barreiro

**A partilha da Palestina e a criação de Israel na imprensa brasileira (1947 -1948)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial  
para a obtenção de grau de bacharel em  
História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre

2013

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra. Carla Brandalise, pela confiança depositada, bem como por sua dedicação, ao sugerir os caminhos da pesquisa, ao esclarecer as muitas dúvidas surgidas ao longo do trabalho e ao corrigir os diversos equívocos neste percurso.

Em segundo lugar, agradeço a infinita paciência e atenção do Prof<sup>º</sup>. Me. Odilon Caldeira Neto nos comentários feitos ao trabalho, assim como a gentileza do Prof<sup>º</sup> Dr. Charles Sidarta Machado Domingos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (IFSUL), em aceitar a participação na minha banca examinadora, e que muito contribuiu com suas observações para aperfeiçoar o presente trabalho. Gostaria, ainda, de agradecer à incansável funcionária Michelle, da COMGRAD, sempre disposta a ajudar os alunos. Por fim, um especial agradecimento a todos os professores do Departamento de História que, com seu conhecimento, colaboraram para meu crescimento pessoal. Agradeço ainda a amigos e colegas que me apoiaram e, de algum modo, me ajudaram a concretizar este projeto de acadêmico.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar comparativamente o impacto da criação do Estado de Israel (1947-1948) na imprensa brasileira, sendo escolhidos os três seguintes periódicos: *Jornal do Brasil* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), e *O Estado de São Paulo* (SP). O objetivo é verificar a existência de concordâncias e dissonâncias no discurso daqueles jornais a respeito do surgimento do novo Estado nacional de Israel no período pós-Segunda Guerra Mundial, a partir dos valores por eles defendidos. O ponto de partida é o breve exame da história dos jornais selecionados, seguido, no capítulo 2, pela apreciação do moderno nacionalismo judaico, sintetizado pelo movimento sionista. As relações do Sionismo com a criação do estado de Israel são também objeto desta pesquisa. No capítulo 3, discorre-se a respeito da comparação entre os três periódicos.

Palavras-chave: nacionalismo; sionismo; estado de Israel; Palestina; imprensa brasileira.

*The tragedy of the people of Palestine is that their country was 'given' by a foreign power to another people for the creation of a new state. The result was that many hundreds of thousands of innocent people were made permanently homeless. With every new conflict their numbers increased. How much longer is the world willing to endure this spectacle of wanton cruelty? It is abundantly clear that the refugees have every right to the homeland from which they were driven, and the denial of this right is at the heart of the continuing conflict. No people anywhere in the world would accept being expelled en masse from their country; how can anyone require the people of Palestine to accept a punishment which nobody else would tolerate? A permanent just settlement of the refugees in their homeland is an essential ingredient of any genuine settlement in the Middle East." (Bertrand Russell)*

Mensagem de Bertrand Russell para a Conferência Internacional de Parlamentares no Cairo, em fevereiro de 1970. Reimpresso no The New York Times, 23 de fevereiro de 1970.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 2
CAPÍTULO 1 – A grande imprensa brasileira.....	p. 5
1.1 - Jornal do Brasil.....	p. 11
1.2 - Correio da Manhã.....	p. 14
1.3 – O Estado de São Paulo.....	p. 16
CAPÍTULO 2 - Sionismo: o moderno nacionalismo judaico.....	p. 20
2.1. – O movimento sionista.....	p. 20
2.2 – O conceito de Nacionalismo.....	p. 24
2.3 - O Nacionalismo de Diáspora.....	p. 27
2.4 - O contexto histórico da constituição do Estado de Israel.....	p. 30
CAPÍTULO 3 – A criação do Estado de Israel nos jornais <i>Jornal do Brasil</i> , <i>Correio da Manhã</i> , e <i>O Estado de São Paulo</i> .....	p. 40
3.1. A reverberação da criação do Estado de Israel na grande imprensa brasileira.....	p. 42
3.1.1. Jornal do Brasil.....	p. 42
3.1.2 Correio da Manhã.....	p. 49
3.1.3 O Estado de São Paulo.....	p. 58
3.2. O discurso jornalístico de artigos e de editoriais.....	p. 67
3.2.1. Jornal do Brasil.....	p. 67
3.2.2 Correio da Manhã.....	p. 68
3.2.3 O Estado de São Paulo.....	p. 74
CONCLUSÃO.....	p. 83
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 86

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a cobertura da criação do Estado de Israel pela imprensa brasileira. São examinados comparativamente três periódicos da grande imprensa do Brasil: o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, o *Estado de São Paulo*. Justifica-se a escolha desses jornais por duas razões: primeiramente trata-se da grande imprensa que possuía recursos suficientes para a obtenção de matérias do exterior. Optou-se por utilizar especificamente os jornais citados porque cada um deles, em que pese o seu caráter empresarial, tinha uma tênue diferença em suas representações sociais. O *Jornal do Brasil*, embora conservador, buscava o apoio popular, enquanto o *Correio da Manhã* se configurou como o jornal das classes médias urbanas. Por fim, O *Estado de São Paulo* representava os anseios da elite rural paulista.

Justifica-se a escolha do período abordado - 29 de novembro de 1947 a 15 de maio de 1948, porque são as duas datas que balizam a criação do estado de Israel. Ao cabo da Segunda Guerra Mundial, o impacto mundial do holocausto fortaleceu a idéia da constituição de um “lar nacional” judaico. Assim, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU, sob a presidência de Oswaldo Aranha, aprovou o plano de partilha da Palestina (elaborado conjuntamente pela União Soviética e pelos Estados Unidos da América), a fim de criar um estado judeu e outro palestino. Em 14 de maio de 1948, a Grã-Bretanha antecipou o fim do Mandato Britânico da Palestina, de julho para maio, ao retirar suas tropas. No mesmo dia, os judeus declaram a formação do estado de Israel imediatamente reconhecido pelos EUA e pela URSS. No dia seguinte, os países árabes, inconformados com a votação das Nações Unidas, declaram guerra ao estado hebreu, iniciando a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949).

Como estes eventos apareceram nas páginas dos jornais brasileiros, *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* é a pergunta a que se propõe responder o presente Trabalho de Conclusão de Curso. Quais os valores que estavam presentes nas notícias a respeito da criação de Israel? Como a questão do nacionalismo sionista foi refletida pelos jornalistas da época? De que maneira é interpretada a reação árabe? Qual a relação entre o fato - criação de Israel - e a análise da imprensa sobre a política brasileira? E mais: como a escolha da organização das notícias reflete a relevância do tema para a imprensa brasileira? São fundamentalmente esses os

questionamentos feitos ao longo do texto.

O primeiro capítulo abre com uma breve análise do histórico dos jornais selecionados, a fim de contextualizá-los. O *Jornal do Brasil* foi selecionado porque se auto-identificava como um eco popular. Já o *Correio da Manhã* reverberava os anseios das classes médias urbanas, enquanto *O Estado de São Paulo* claramente representava os interesses da elite agroexportadora paulista. De acordo com as fontes bibliográficas consultadas, a partir da década de 1930, a imprensa brasileira foi-se adaptando ao desenvolvimento do capitalismo no país. Resumidamente os veículos de comunicação se transformaram em empresas que seguiam os moldes de qualquer outro empreendimento capitalista. Isto significa que máquinas e equipamentos foram importados, modelos de organização empresarial foram adotados e o aumento da tiragem diária se tornou uma preocupação constante dos proprietários dos meios de comunicação. Outro efeito dessa transformação foi o desaparecimento quase completo dos pequenos jornais (existentes no século XIX) e o domínio do capital sobre a imprensa escrita, caracterizando a concentração da informação nas mãos de poucos proprietários que dispunham de recursos para uma empresa de tal porte. Por fim, cabe destacar a importância das agências internacionais que passaram a fornecer as matérias, compradas pelos veículos brasileiros.

O segundo capítulo trata do Sionismo, entendido aqui como um movimento nacionalista moderno, fundado na Europa em fins do século XIX. O jornalista judeu Theodor Herzl escreveu a obra *O Estado Judeu*, publicada em Viena, no ano de 1896 e considerada o fundamento do movimento sionista. O desenvolvimento do nacionalismo judeu é atribuído a dois fatores principais: em primeiro lugar, as perseguições que os judeus sofriam na Europa intensificadas, no leste, pelas transformações capitalistas que acabaram tornando parcela da população judia em indesejáveis concorrentes aos nacionais. Na Europa Ocidental, o motivo do crescimento do anti-semitismo se deu, em parte, pela imigração de muitos hebreus provenientes do leste europeu em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Herzl escreveu seu livro fortemente impressionado pelo caso Dreyfus, o que demonstra o ambiente de crescente hostilidade aos judeus, já que o preconceito e as perseguições advinham de muitos séculos. O segundo fator apontado, para o desejo de criação de um lar nacional hebreu, foi o impacto do nacionalismo sobre todos os grupos existentes no continente europeu: os



hebreus não ficaram imunes à formação dos estados nacionais europeus, nem tampouco ao fortalecimento das doutrinas nacionalistas do século XIX. Por fim, o capítulo 2 traz um breve contexto histórico que antecede a fundação do Estado de Israel.

O terceiro capítulo busca fazer a análise dos três jornais já mencionados anteriormente, traçando um paralelo entre eles a respeito das notícias publicadas sobre a criação de Israel. Examina-se desde o dia 29 de novembro de 1947 até 15 de maio de 1948. A primeira data se refere à aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, do plano de partilha da Palestina elaborado conjuntamente pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética. O segundo momento é o dia do término do Mandato Britânico da Palestina e também do anúncio da criação do estado de Israel. Duas questões são importantes neste capítulo: a primeira é a compra de matérias das agências internacionais que os três periódicos faziam. As agências de notícias mais presentes são a *Reuters*, a *United Press* e a *France Presse*. A segunda questão relevante é o tratamento que os editoriais e artigos publicados davam ao tema. Assim, o objetivo é comparar e verificar se existiam dissonâncias entre o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* na abordagem que faziam a respeito da criação do estado de Israel.

## **CAPÍTULO 1: A Grande Imprensa Brasileira**

Os jornais são tomados, como documentos para a História, porque são um repositório de fatos que servem à preservação da memória e que posteriormente estão à disposição para que os historiadores interpretem-nos. Como diz Maria Helena Capelato,

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material valioso para o estudo de uma época (CAPELATO, 1988, p. 13).

A partir da década de 1930, a imprensa, aos poucos, se adapta aos moldes empresariais e a grande quantidade de gazetas que, muitas vezes eram publicadas por poucos meses, desapareceram do cenário nacional, para dar lugar a empresas consolidadas. Quanto à influência dos acontecimentos políticos sobre a imprensa, logo após o movimento de 1930, houve repressão aos antigos órgãos de imprensa que sustentavam o governo anterior. Formou-se a seguir o debate se o governo deveria convocar uma Assembléia Constituinte, ou se o Governo Provisório deveria permanecer. O debate repercutiu na imprensa que apoiou, majoritariamente, a reconstitucionalização do país. Após dois anos da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, o Brasil teve uma nova Constituição Federal, de cunho liberal e promulgada em 1934. Em virtude do panorama internacional, marcado pela ascensão do nazismo, o Brasil também enveredou pelo mesmo caminho ideológico. Getúlio Vargas fomentou o medo ao comunismo, após as rebeliões de 1935 (pejorativamente alcunhadas de Intentona Comunista), deu guarida a elementos do Integralismo e utilizou a imprensa para exagerar o clima de pânico no país.

Vargas, auxiliado pelos generais Gois Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, tinha as condições para dar o golpe e instituiu a ditadura do Estado Novo em 1937. A carta liberal de 1934 teve vida curta, substituída pela Constituição fascista (apelidada de “Polaca”), redigida em 1937 por Francisco Campos. A ditadura varguista havia sido, em certa medida, sido promovida por parte da imprensa burguesa. Marialva Carlos Barbosa aponta nesse sentido, ao dizer que havia muitas relações estabelecidas entre a grande imprensa e o Estado Novo (BARBOSA, 2006, p. 220). Por outro lado, todos os jornalistas que não concordassem com o governo eram submetidos à mais severa censura e muitos se tornaram clandestinos. Como ilustra Nelson W. Sodré,

No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados (...) e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa. A ditadura criou órgão específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Lourival Fontes, segundo o modelo nazista; o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, DEI, que faziam o mesmo serviço (...). Os jornais passaram assim, por gosto ou a contragosto, a servir à ditadura (SODRÉ, 1999, p. 382)

Um exemplo do que afirma Sodré foi o exílio de Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte em virtude da publicação ilegal do periódico *Brasil*, que criticava a ditadura (CAPELATO, 1988, p. 30). Durante o Estado Novo, a propaganda do governo é fundamentalmente nacionalista, porque apenas o Estado Nacional estaria dotado das capacidades necessárias de impulsionar a economia e a industrialização do Brasil (BARBOSA, 2007, p. 113). Ao longo da II Guerra Mundial, a imprensa brasileira sofre e reflete as mudanças do Estado Novo em função do contexto do conflito. Até 1941, quando a Alemanha nazista estava vencendo, a posição do Brasil foi de neutralidade externamente e de arrefecimento da ditadura internamente. É exemplar a colaboração do Estado Novo ao entregar a judia e comunista Olga Benário Prestes aos nazistas na Alemanha. Mas após a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, e o avanço vitorioso das forças militares soviéticas contra as tropas nazistas, o Brasil deu uma guinada em sua política exterior e enviou soldados, em 1942, para lutar ao lado dos Aliados contra o nazismo. O regime ditatorial começava a ruir no Brasil e a imprensa foi afetada pelo clima político do fim do Estado Novo. A grande imprensa burguesa brasileira, seguindo os ditames do Liberalismo, se opunha classicamente, tanto ao fascismo, quanto ao comunismo, porque desrespeitavam o Estado de Direito e a liberdade individual (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 97). Segundo Maria Helena Capelato, “A maioria dos jornais deu apoio a Eduardo Gomes, o candidato da oposição” (CAPELATO, 1988, p. 50) durante a campanha eleitoral para a presidência da República, após a renúncia de Getúlio, no golpe de 1945.

O quadro acima descrito modifica-se profundamente no período pós II Guerra Mundial: seguindo as transformações, no Brasil, a imprensa sofre um “acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas” (SODRÉ, 1999, p. 355).

A partir do fim dos anos 1940 em diante, que é o período sob análise neste trabalho, segundo Sodré, já não mais havia condições para o surgimento de novos jornais. Ao lado do processo de concentração da imprensa escrita, o autor cita ainda, como causas da mortalidade de jornais e revistas, a difusão do rádio e o aparecimento da televisão.

Consoante Maria Helena Capelato, o esfacelamento do Estado Novo havia aberto uma brecha para que os jornalistas criticassem a ditadura e defendessem a realização de eleições (CAPELATO, 1988). E a autora acrescenta que “a partir de 1946 a imprensa atuou livremente”, mas o historiador Nelson Werneck Sodré fez uma ressalva, pois segundo ele:

O processo de redemocratização do país (...) com o clima da liberdade reinante, seria violentamente truncado com o golpe militar de 29 de outubro de 1945, que depôs Getúlio Vargas. Após o intervalo em que governou o juiz José Linhares, assumiu a presidência o condestável do Estado Novo, general Eurico Gaspar Dutra, cujo governo, cheio de violências, foi o prolongamento natural da ditadura. (SODRÉ, 1999, p. 388).

Como visto acima, a grande imprensa brasileira, do centro político-econômico do país, acompanhou o desenvolvimento da política nacional e igualmente sofreu os reflexos da política internacional. Não foi diferente no período do estabelecimento do Estado de Israel entre os anos de 1947 e 1948. Internacionalmente, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial correspondeu ao início da Guerra Fria entre EUA e URSS. Ao cabo da Segunda Guerra Mundial, à vitória dos Aliados sobre o nazismo, somou-se o prestígio da União Soviética, muito bem-sucedida na luta contra Hitler, dando àquele país condições de participar da partilha do mundo entre blocos ocidental e oriental na Conferência de Yalta (1945).

Temerosos de uma possível adesão e simpatia ao comunismo, os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall (1947) de reconstrução econômica do Velho Continente. Em que pese a condição incontestável, dos Estados Unidos da América, de potência mais importante do mundo (militarmente, apenas os EUA possuíam a bomba atômica), a União Soviética representava uma ameaça constante à estabilidade do sistema capitalista. Os EUA conduziram a organização do sistema mundial pós-guerra, por intermédio de várias instituições, como o sistema de Bretton-Woods (que resultou na criação do Fundo Monetário Internacional e do BIRD - Banco Mundial), o já citado

Plano Marshall e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945).

Após a divisão da Europa, em zonas de influência do Ocidente, capitaneado pelos EUA e, em Oriente, dominado pela URSS, Winston Churchill se referiu, em 1946, à “Cortina de Ferro”, aludindo ao confronto bipolar. Em 1947, Washington lançou a sua política de contenção ao comunismo através da Doutrina Truman, a qual deu início à Guerra Fria. Este é o contexto internacional, no qual se insere o Brasil, na condição de fornecedor de matérias-primas para os EUA. Cabe ressaltar que a Guerra Fria estava presente em todos os periódicos brasileiros aqui analisados, não apenas porque se tratavam de jornais conservadores, mas também em virtude das matérias compradas das agências internacionais, como a *Reuters*, ou a *United Press*.

O resultado da bipolaridade, para o Brasil, após o fim do Estado Novo e das eleições que levaram ao poder uma coalizão conservadora, foi o acentuado anti-comunismo e a forte colaboração com as diretrizes da Casa Branca. O Brasil foi governado pelo General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), eleito presidente em 02 de dezembro de 1945, pelo partido conservador PSD. A política econômica brasileira se pautou pela ortodoxia liberal e foram intensificadas as trocas comerciais com os EUA. O interesse de Washington, em relação à América Latina, naquele momento era, a um só tempo, a garantia do fornecimento de matérias-primas e também a segurança de possuir aliados políticos. Entretanto, o objetivo brasileiro de ser um aliado preferencial dos EUA nunca foi correspondido, porque a Casa Branca vislumbrava a Europa como o local estratégico e não a América Latina. Assim, quando o Gen. Dutra aventou a possibilidade de o Brasil receber uma ajuda econômica, semelhante ao Plano Marshall, o governo norte-americano se limitou a sugerir a abertura do país ao capital externo.

A política externa brasileira do Governo Dutra costuma ser caracterizada como de alinhamento automático aos Estados Unidos da América. O alinhamento significava, em breves termos, que o Brasil desenvolveria uma política de completa submissão aos interesses norte-americanos. Para exemplificá-lo, basta citar a ruptura diplomática do Brasil com a URSS no ano de 1947, o apoio incondicional aos EUA durante a Guerra da Coreia (1950-1953) e a estreita colaboração entre a Escola Superior de Guerra (ESG) com os militares norte-americanos, além da proscricção do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como salienta Mônica Hirst:

(...) a cooperação militar entre os dois países (...) aumentou a influência norte-americana nos trabalhos de treinamento e formação das Forças Armadas Brasileiras e ampliaram-se as atividades da Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos. Os exemplos mais notáveis dessa influência foram a instituição , em 1946, do Estado-Maior Conjunto e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), nos moldes do *National War College* de Washington. Em termos doutrinários, os princípios de segurança nacional passaram a reproduzir a mesma ideologia dos vetores da segurança hemisférica (HIRST, 2009, p. 35).

O comando do Ministério das Relações Exteriores coube a Raul Fernandes, com quem Oswaldo Aranha (Presidente da Assembléia-Geral da ONU ao ser criado o estado de Israel) divergia em relação aos rumos da política exterior brasileira. Nas palavras de Paulo Vinentini:

No Brasil, o governo Dutra viria a vincular-se estreitamente à estratégia da Casa Branca. A atuação de Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores teve um tom de tal forma conservador e subserviente, seguindo fielmente as ordens e decisões norte-americanas sem questionamento, deixando de lado interesses brasileiros, que muitas vezes eram contrários à política de Washington. Ocorreram inúmeros atritos entre esse e Oswaldo Aranha, então presidente da Assembléia Geral e chefe da delegação brasileira na ONU. Seu contato direto com os centros de decisões políticas e chefes mundiais deu-lhe um panorama abrangente e complexo do jogo político internacional, fato que possibilitou a tomada de decisões e atitudes mais independentes por parte da delegação brasileira. Em contrapartida, esse novo posicionamento brasileiro na ONU entrou em conflito com a diretriz política adotada pelo Itamaraty e pelo Ministério das Relações Exteriores, então nas mãos de Raul Fernandes, que defendia incondicionalmente o alinhamento brasileiro à política norte-americana.

Oswaldo Aranha foi mais além. Percebeu a real situação da política internacional do período e a colaboração entre os dois países dominantes: EUA e URSS. Percebeu também que a posição política defendida pelo Brasil em relação aos EUA, de aliado preferencial na América Latina, não existia. O interesse norte-americano agora estava voltado para a Europa que se reconstruía, tornando-se palco da disputa pela hegemonia mundial. Apesar de ser um admirador da cultura e do poderio norte-americano, Oswaldo Aranha conseguiu ver os reais objetivos políticos dos EUA e analisar as relações internacionais de seu período objetivamente, reconhecendo a força norte-americana, mas também a da União Soviética. O Chanceler Raul Fernandes chegou a sabotar a reeleição de Aranha para o cargo de presidente da Assembléia Geral da ONU, tamanha era a diferença de atitudes e visões políticas entre eles, demonstrando assim o conflito político tanto interno quanto externo brasileiro da época (VIZENTINI, 2004, pp. 21-22).

Quanto aos acordos internacionais assinados pelo Brasil, foram importantes: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), firmado na Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente (Petrópolis, 1947); a Autoridade

Internacional de Energia Atômica (AIEA), criada pelo Plano Baruch em 1946; a Comissão Abbink-Bulhões para o desenvolvimento; a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada na IX Conferência Interamericana (Bogotá, 1948); a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU sediado em Santiago do Chile e criado em 1948 e a manutenção do Programa de Cooperação para o Abastecimento de Recursos Minerais que “autorizava a exportação de areias monazíticas” (HISRT, 2009, p. 35).

Além dos contextos interno e internacional, incidentes sobre a imprensa brasileira, no período da criação do Estado de Israel, é importante caracterizar os três periódicos pesquisados neste trabalho.

### 1.1 - *Jornal do Brasil*:

O *Jornal do Brasil* foi criado, no Rio de Janeiro, em 1891, por Rodolfo Dantas. Inicialmente fundado como um periódico monarquista, o jornal mudou de orientação, em seguida, quando o republicano Rui Barbosa passou a dirigi-lo. A postura favorável à República foi acentuada a partir de 15 de novembro de 1894, quando o periódico adotou um caráter mais popular. “A partir de então, teve início uma nova e longa fase do periódico, onde o *Jornal do Brasil* se intitularia, conforme o editorial do número de relançamento como: ‘legítimo e natural representante do povo’ (FONSECA, 2008, p. 27).

Este jornal constituiu um bom exemplo do processo de adaptação à economia capitalista que a imprensa brasileira sofreu, com a preocupação crescente de aumentar a tiragem do periódico e de melhorar a infra-estrutura da empresa. Nos termos de Nelson Werneck Sodré:

À Rua Gonçalves Dias continua o diário de melhor equipamento gráfico do tempo, o *Jornal do Brasil*, ‘ninho de coronéis da Guarda Nacional’, sob a direção de Fernando Mendes e Cândido Mendes, com o clássico português como secretário, no caso Artur Costa; na redação, destacam-se Afonso Celso, Andrade Silva, Osório Duque Estrada; os seus ilustradores são conhecidos e brilhantes, Julião Machado, Artur Lucas, Raul Plácido Isasi, Amaro Amaral; sua tiragem continua crescendo, é extraordinária para a época, com 62.000 exemplares diários; faz, no início do século, violenta campanha contra os métodos usados pela polícia; publica, em 1902, o primeiro romance policial em quadrinhos, ilustrado por Julião Machado; em 1903, instala luz elétrica na redação e com energia elétrica movimenta a sua rotativa; tem oito páginas, apóia Pereira Passos, tira um vespertino: é uma potência, exemplo da empresa jornalística que passará a ser normal na imprensa do país, a das capitais, naturalmente, a grande imprensa (SODRÉ, 1999, p. 284-285).

De acordo com Letícia Pedruce Fonseca, “Desde o princípio, o *Jornal do Brasil* adotou uma postura empresarial inovadora, enviando correspondentes estrangeiros para Alemanha, França, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Portugal e Inglaterra” (FONSECA, 2008, p. 25). O processo empresarial acima descrito é aprofundado, partir de 1922, quando o *Jornal do Brasil* passou a comprar as notícias da agência internacional *United Press* e, com isto, já mostrava dois aspectos: primeiramente, o seu caráter definitivo de empresa burguesa e, em segundo lugar, o espaço que as agências ocuparam, daí em diante, nas notícias internacionais: não apenas a imprensa brasileira perdeu a oportunidade ter uma análise própria dos fatos internacionais, mas também assumiu o



papel de mero ventríloquo do que as agências afirmavam. No entanto é importante verificar que o *Jornal do Brasil* desempenhava uma atuação forte no campo cultural, como observa o comentário de Nelson W. Sodré:

(...) tomava a iniciativa (...) de não circular às segundas-feiras; apresentava, em 1924, a primeira seção de rádio em jornal, redigida por Delcídio Pena; editava a revista *Palcos e Telas*, dirigida por Mário Nunes; pagava 500 mil réis mensais ao escritor mais popular do Brasil então, Benjamin Costallat - o dobro do que costumava ganhar um redator-chefe - para escrever os *Mistérios do Rio*, publicados em série, ocupando toda uma página. Costallat, romancista de sucesso, nisso acompanhado, mas à distância, por Théó Filho, era autor dos *best-sellers* da época: *Guria*, *Katucha*, *Mlle. Cinema*. O exemplar do jornal passava a ser vendido a 200 réis, em 1924; no ano seguinte, João Ribeiro inaugurava a seção “Dia sim, dia não” e, em 1926, passava a fazer o “Registro Literário”, pequenas notas críticas caracterizadas pela tolerância um pouco cética e pela acolhida benévola aos novos, particularmente aos modernistas. Aparecia o cinema falado, em 1929: o *Jornal do Brasil*, desde então, destina página inteira ao cinema. Os críticos literários da época do modernismo são Alceu Amoroso Lima, que popularizara, em *O Jornal*, o pseudônimo de *Tristão de Ataíde*, e Agripino Grieco que, começando na *Gazeta de Notícias*, passa depois a *O Jornal* e, com a clava demolidora de sua ferina ironia e ampla informação literária, mostra a superficialidade dos autores pretensamente consagrados e a inanidade ridícula da glória acadêmica (SODRÉ, 1999, p. 364-365).

O começo da década de 1930 foi difícil para o *Jornal do Brasil*, que foi proibido de circular e, em sua reabertura uma semana depois, “com a substituição de Aníbal Freire por Brício Filho, (...) fazia autocensura, examinando toda a matéria” (SODRÉ, 1999, p. 376). O empastelamento do jornal ocorreu em virtude de sua posição favorável ao governo anterior a 1930. O *Jornal do Brasil* adotou um posicionamento pró reconstitucionalização, mas a despeito disto, o periódico não se opunha abertamente ao governo Vargas. “Por isto, em 1935, o *Jornal do Brasil* tomou a ousada iniciativa de mandar correspondente especial acompanhar a guerra dos fascistas na Abissínia, mas escolheu um correspondente francês, em Paris” (SODRÉ, 1999, p. 380).

Entretanto, ao longo do Estado Novo, o *Jornal do Brasil* se encontrava em período de decadência, apesar do papel que havia cumprido anteriormente (BARBOSA, 2006, p. 220), muito embora o periódico tenha sido um aliado do regime varguista (BARBOSA, 2007, p. 112). Tendo em vista as dificuldades financeiras (além da censura estadonovista), um dos diretores do *Jornal do Brasil*, José Pires do Rio argumentava que o jornal deveria reduzir as matérias culturais, os artigos literários e as notícias políticas, abrindo maior espaço para os anúncios e, por isto mesmo, alcunhado de “o jornal das cozinheiras” (FONSECA, 2008, p. 55), o que poderia ser interpretado

como a ratificação do objetivo de ser um jornal popular.

No período Dutra, o periódico adotou uma postura totalmente a favor do governo, o qual possuía um forte caráter anticomunista (tendo inclusive proscrito o Partido Comunista em 1947), o que bem demonstra o caráter conservador do *Jornal do Brasil*. Em 1950, durante a campanha eleitoral, o jornal defendeu a candidatura de Eduardo Gomes por seus laços com Pires do Rio, mas aceitou o resultado da vitória de Getúlio Vargas.

## 1.2 - *Correio da Manhã*:

Fundado pelo advogado e jornalista Edmundo Bittencourt, em 1901, o periódico se caracterizava, no início do século XX, por forte oposição ao poder político estabelecido, criticando-o de modo muito violento (SODRÉ, 1999, p. 278). Desde sua fundação, o *Correio da Manhã* anunciava sua oposição ao Presidente Campos Sales. O estrato social que representava era, segundo Sodré, a pequena burguesia urbana (a qual adquiriria corpo e maior presença social), como se pode ver a partir de suas palavras:

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa. Nesse sentido, o seu editorial de 4º aniversário, a 15 de junho de 1905, reafirmava a exatidão do rumo traçado quando de seu lançamento: ‘ Veio para lutar, resoluta e serenamente, em prol dos interesses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral. Venceu por isso’. Daí por diante, e em toda a velha República, que ajudou a derrocar, o jornal de Edmundo Bittencourt foi, realmente, veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes. Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima.” (SODRÉ, 1999, p. 287).

Com efeito, o *Correio da Manhã* atacou, em suas páginas, o candidato Artur Bernardes às eleições presidenciais de 1922 e serviu de plataforma para as revoltas pequeno-burguesas dos militares no contexto anterior a 1930. Após o fracasso do Forte de Copacabana, Edmundo Bittencourt foi preso, como resultado da repressão à imprensa. Durante o governo Bernardes, o *Correio da Manhã* continuou a lançar uma agressiva campanha, denunciando a corrupção governamental.

A Lei da Imprensa (1923) foi aplicada contra jornalistas, impingindo-lhes duras penalidades. O *Correio da Manhã* foi censurado de 31 de agosto de 1924 a 20 de maio de 1925, embora tenha conseguido, por via judicial, manter sua circulação (SODRÉ, 1999, p. 364). O *Correio da Manhã* apoiou abertamente a Aliança Liberal nas eleições de 1929. Em 1938, explica Marialva Carlos Barbosa, o periódico gozava de grande capacidade de atingir as massas, o que reflete, segundo a autora, as boas relações que alguns jornais mantiveram com a ditadura estadonovista (BARBOSA, 2006, p. 220).

Mas após quinze anos de varguismo e com a derrocada da ditadura, implantada

pelo Estado Novo, o *Correio da Manhã* se posicionou a favor da realização de eleições para escolher novo presidente da República. “A 2 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida concedeu ao *Correio da Manhã* entrevista que abriu o problema eleitoral” (SODRÉ, 1999, p. 387).

Há em seu editorial de fundação algo digno de nota: Edmundo Bittencourt proclama que o jornal não será neutro e critica a pretensa neutralidade dos demais periódicos porque, como diz, na realidade são parciais. A respeito do fundador do *Correio da Manhã*, observa-se sua precoce carreira na imprensa, ainda em Porto Alegre, apesar de sua formação jurídica no Rio de Janeiro. Quanto ao noticiário internacional, o *Correio da Manhã* apresentava-o sempre na página 1, o que poderia ser interpretado como um indício da importância que este dava à conjuntura internacional, ou, ao menos, do ponto de vista mercadológico, pois, como diz Maria Helena Capelato, “na primeira página concentram-se todos os recursos persuasivos de propaganda da mercadoria” (CAPELATO, 1988, p. 18).

### 1.3 - O Estado de São Paulo:

O jornal foi fundado em 1875, por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, a fim de propagar as idéias republicanas. *O Estado de São Paulo* foi um defensor do Liberalismo e antimonárquico. Portanto valores, como a propriedade privada, a democracia representativa<sup>1</sup>, a liberdade de imprensa, estiveram, não raras vezes, presentes na ótica editorial deste periódico. Contudo a imprensa só deveria expressar-se livremente na medida em que não ameaçasse os alicerces do Estado liberal. Quanto ao papel do Estado, a linha editorial sustentava que deveria ser reduzido a garantir aqueles direitos individuais e a segurança dos cidadãos, na medida em que não aceitavam o protecionismo econômico do Brasil, diante dos interesses de países mais poderosos. O jornal sempre representou os interesses agro-exportadores dos cafeicultores paulistas. Mesmo após 1930, quando a política brasileira adotou princípios econômicos nacionalistas, o diário se manteve avesso ao desenvolvimentismo. Dizem Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado que:

(...) no entanto, pode-se apontar a presença de componentes nacionalistas na ideologia do jornal, quando o nacionalismo é definido como um empenho do grupo nacional no sentido de conquistar a independência política ou, no caso de já haver um Estado Nacional, de aumentar tanto quanto possível o prestígio desse Estado, como garantia à inviolabilidade da soberania nacional. Para seus representantes, a soberania de um Estado que já obteve a independência ou autonomia política, constituindo-se em Nação, era inviolável, não se admitindo, portanto, qualquer interferência externa que pudesse por em risco essa autonomia. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 125).

Tais eram, portanto, os valores enunciados pelo *O ESP*, mas não foi sempre assim que o jornal se comportou, pois, durante o Estado Novo, mudou de posicionamento. De acordo com Capelato & Prado, “(...) valores como 'razão', 'liberdade', 'justiça', 'moral' (...) na ideologia do jornal se configuram como forças de estabilidade, como elementos de conservação do todo social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 95). Outro valor caro a este diário era o respeito à opinião pública, do qual se vangloriava. Quanto a este ponto, duas críticas são possíveis: a primeira parte de Pierre Bourdieu, o qual considera inexistente a opinião pública, no sentido que os jornais denominam, pois para ele se trata tão somente de “disposições” ou “opinião no estado

---

<sup>1</sup> Embora o discurso do jornal *O Estado de São Paulo* defendesse a democracia representativa, nem sempre o periódico adotou tal postura, como às vésperas do Golpe de 1964.

implícito” (BOURDIEU, 1982, p. 151). A segunda crítica parte das autoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, ao dizerem que: “Por não conceber a ‘opinião pública’ brasileira como uma força política independente é que o jornal se comportava não como seu intérprete, mas como seu manipulador” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 95).

Antes da Revolução de 1930, o periódico *O Estado de São Paulo* costumava publicar o noticiário do Partido Democrático paulista, porque se opunha às diretrizes da política nacional (SODRÉ, 1999, p. 365). E, no momento das eleições presidenciais de 1929, *O ESP* não se intimidou em aderir à campanha de Getúlio Vargas.

No entanto, ainda durante o Governo Provisório (1930-1934), *O ESP* se posicionou favorável ao fim do período de exceção e aderiu, portanto, ao Movimento Constitucionalista de 1932 em São Paulo, demonstrando a representação classista do periódico. Somente oito anos depois, o *O Estado de São Paulo* aderiu à ditadura do Estado Novo, após sofrer uma ocupação militar do jornal em março de 1940 que o expropriou e o pôs sob o controle do DIP (SODRÉ, 1999, p. 382). Se, como dito acima, *O ESP* se contrapunha a ideologias extremistas, por que apoiou a ditadura estadonovista? Parte da resposta pode ser atribuída ao fato de que, após 1930, o verdadeiro temor era em relação ao comunismo, tanto por sua bandeira internacionalista (enquanto o jornal defendia o nacionalismo, aqui entendido de forma restrita, ou seja, limitado ao seu caráter de soberania nacional, ou autonomia política, sem intervenção de influências estrangeiras), quanto por sua luta contra o capitalismo e a burguesia. *O ESP* estava de acordo com a divisão da sociedade em classes sociais e não aceitava o conflito entre patrões e operários. Por isso, há uma mudança do discurso periodista de *O Estado de São Paulo* pré e pós Revolução de 30. Antes, o jornal é absolutamente contrário às leis trabalhistas e, depois, as recebe com benevolência, pois, segundo Capelato & Prado, as leis trabalhistas outorgadas pelo governo eram uma garantia da distensão do conflito (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 113). Nesse contexto, compreende-se a posição de *O ESP*, ao abraçar certos preceitos fascistas, como o combate ao comunismo (o jornal chega a esposar a idéia de o governo negar o direito à expressão dos comunistas), e a recuperação econômica da Alemanha sob o nazismo. Para citar Capelato & Prado, “Leo Vaz viajou para a Alemanha em visita oficial, enviando ao Brasil uma série de artigos em que se destacavam a prosperidade daquele

país, seu ritmo de trabalho (...), sem esboçar a mais ligeira crítica ao regime constituído” (CAPELATO; PRADO, 1980 p. 103). E mais adiante:

(...) a atitude de omissão que marcou o comportamento de O ESP frente (...) a perseguições aos judeus na Alemanha, a expansão do nazismo pela Europa ou a guerra de conquista levada a efeito pela Itália, na Abissínia - fatos perante os quais o jornal manteve silêncio (idem).

Inclusive no momento do fim do regime ditatorial, durante a campanha eleitoral para Presidente da República, *O ESP* defendeu o candidato governista, general Dutra. Após a II Guerra Mundial e, com o fim do Estado Novo, em 1945, “*O Estado de São Paulo* era restituído a Júlio de Mesquita Filho, que partilharia a direção com Plínio Barreto” (SODRÉ, 1999, p. 387). No entanto, como salienta Maria Helena Capelato, *O ESP*: “Antes de 1937 e em 1964 abriu caminhos para as ditaduras; depois foi perseguido por elas - no Estado Novo o expropriaram e na década de 70 o censuraram” (CAPELATO, 1988, p. 31). E durante a década de 1950, o *O Estado de São Paulo* manteve a defesa dos interesses conservadores, ao apoiar a UDN (União Democrática Nacional), de acordo com Maria Helena Capelato (CAPELATO, 1988).

À guisa de conclusão, pode-se citar o que afirmam Capelato & Prado, em relação à trajetória do periódico ao longo da história política do Brasil:

“O ESP” entende a livre expressão do pensamento como um princípio *relativo*, que, manipulado em função de imperativos conjunturais, assume valor *absoluto*, somente quando o jornal se situa na oposição, ou quando a livre manifestação desse princípio não ultrapassa os limites rigidamente demarcados do seu universo (bis in idem, p. 100).

Pode-se afirmar que algumas características são comuns aos periódicos da imprensa burguesa brasileira, como o posicionamento político favorável ao liberalismo, a “apresentação sóbria, como é o caso do *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*” (CAPELATO, 1988, p. 15), o “fato de terem sido herdadas” (SODRÉ, 1999, p. 389) e a parcial oposição ao governo oligárquico da República Velha. A ideologia liberal está presente, em jornais como *O Estado de São Paulo*, mas pode ser estendida aos outros grandes jornais abordados neste trabalho. O Liberalismo se expressa, nas páginas desses periódicos, através da defesa de valores como a liberdade individual (baseada em Locke), a representação tripartite do poder de Montesquieu, e a democracia representativa, fundada na soberania popular rousseauiana (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 91-92). Todavia, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado advertem quando

comentam o *O ESP*: “(...) verifica-se que esses defensores do liberalismo procuravam adaptar a teoria à necessidade dos interesses que defendiam” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 99).



## CAPÍTULO 2 – Sionismo: o moderno nacionalismo judaico

### 2.1 – O movimento sionista:

Ninguém é bastante poderoso ou bastante rico para deslocar um povo de um lugar de habitação e transferi-lo para outro. Só uma idéia pode realizar esta grande tarefa. A idéia do Estado Judeu tem sem dúvida semelhante poder. Na noite de sua história, os Judeus não cessaram de sonhar com este sonho real: "No ano próximo, em Jerusalém!" Tal é a nossa velha palavra. Trata-se agora de demonstrar que o sonho se pode transformar em pensamento luminoso (HERZL, 1947, p. 50).

Com estas palavras, T. Herzl inaugurava o movimento sionista moderno. A palavra *Sionismo* provém do antigo nome de Jerusalém, Sião e foi cunhada por Nathan Birnbaun em 1886. O objetivo fundamental era o retorno dos judeus ao lar nacional na Palestina, de onde foram expulsos em 135 d.C. Os teóricos do Sionismo eram, contudo, conscientes da necessidade de apoio político-financeiro das potências imperialistas. Theodor Herzl explicita seu ponto de vista em *O Estado Judeu*, comentando sobre a Companhia Judaica (uma das instituições promotoras do nacionalismo hebreu): “Como já foi dito, a Companhia terá sua sede social em Londres, porque deve estar, em relação do direito privado, sob a proteção de uma grande potência atualmente não anti-semita” (HERZL, 1947, p. 90).

Em 03 de setembro de 1897, foi realizado o I Congresso Sionista da Basileia, organizado por Theodor Herzl e por Léon Pinsker e ali foram plantadas as bases do futuro Estado de Israel, como a criação do Banco Nacional Judaico, a emigração de judeus russos e romenos para a Palestina e a compra de terras palestinas promovida pelo Fundo Nacional Judaico. A direção do movimento sionista foi assumida, em 1904, após a morte de Herzl, pelo químico russo Chaim Weizmann, o qual, a partir de Londres, manteve intensos contatos com importantes autoridades britânicas. A participação de Weizmann foi de fundamental importância para angariar o apoio inglês à questão judaica, já que a Grã-Bretanha era, ainda no início do século XX, a grande potência imperial.

Neste momento, cabe indagar por que o movimento sionista surgiu na Europa em fins do século XIX. A resposta vincula-se ao fenômeno nacionalista europeu de duas maneiras: primeiramente, deve-se considerar que os hebreus viviam na Europa desde

muito antes da formação dos estados nacionais europeus. Assim, é bastante apropriado o conceito de *comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson, para se referir aos judeus *ashkenazim*. Inicialmente, a imigração dos judeus europeus para a Palestina não foi tão atraente, nem tampouco foram todos receptivos à doutrina sionista, cujos líderes tiveram que fazer grande propaganda da causa judaica para convencer os hebreus a abandonarem seus países de origem, na Europa, onde se encontravam razoavelmente inseridos, ainda que o anti-semitismo se encontrasse em processo de revigoração no fim do século XIX.

Desta forma, em segundo lugar, pode-se dizer que o movimento sionista foi também uma reação ao anti-semitismo disseminado na Europa. A Rússia czarista passou a perseguir os judeus (*progroms*) e a França assistiu ao caso Dreyfus. Theodor Herzl escreveu *O Estado Judeu* sob o impacto do *Affaire Dreyfus*. Considera-se que o crescimento do ódio racial aos judeus tenha, a um só tempo, uma conotação ideológica e religiosa (fomentada pelas doutrinas nacionalistas européias) e econômica. Como explica Helena Salem (1985), ao longo da Idade Média, parcela importante dos judeus da Europa Oriental ocupou o papel, tanto de pequenos, quanto de grandes comerciantes (produtos de luxo). Embora houvesse preconceito contra os judeus, a função de comerciantes desempenhada colocava-os em posição essencial na sociedade medieval. Entretanto, o avanço do capitalismo modificou essa situação: a partir da consolidação das burguesias na Europa Oriental, os judeus passaram a ser vistos como concorrentes. Theodor Herzl corrobora o anteriormente afirmado, ao dizer que:

por um lento desenvolvimento fomos pouco a pouco nos transformando em classe média no ghetto, e, quando dele saímos, havíamos-nos tornado uma concorrência temível para os cristãos da mesma classe (HERZL, 1947, p. 61).

Portanto, apontam-se essencialmente duas causas principais para a percepção da comunidade judaica da necessidade de possuírem o seu próprio estado nacional: a primeira foi o fato, em si, de os hebreus viverem na Europa, cujo território se encontrava, em grande parte, no último decênio do século XIX, já partilhado em estados nacionais. Em outros termos, os judeus, nascidos na Europa, já conheciam a experiência política nacional. A segunda causa, derivada da primeira, foi a intensificação do ambiente de anti-semitismo no continente europeu; o que muito contribuiu para o surgimento do movimento sionista.

Ernest Gellner (1993) expõe que, com frequência, os governantes permitem que minorias ocupem funções de relativo prestígio social, já que entregá-las a membros da maioria significa uma carga de problemas, “pois são alvo de demasiadas pressões e tentações, por parte dos seus laços de parentesco e vizinhança, para utilizarem a sua posição de forma a beneficiarem os parentes e clientes” (GELLNER, 1993, p. 152). Mas Gellner adverte que, além de postos-chave, as minorias muitas vezes se beneficiavam de um monopólio em atividades estratégicas e perigosas demais para serem destinadas aos indivíduos livres. Isto se dava em função do alto controle exercido pelos governantes sobre as minorias, destituídas de quaisquer direitos, e que, portanto, não poderiam se insurgir contra o poder constituído, sendo compelidas ao pagamento de tributos. Como o seu estatuto social os fragiliza, podiam exercer funções estratégicas.

Entretanto, Gellner explica que o desenvolvimento do capitalismo levou a uma mudança dessa situação, uma vez que tanto a burocracia, quanto os negócios se regulam por uma racionalidade que afasta as relações de parentesco. Agora as maiorias têm acesso àquelas funções antigamente reservadas aos grupos minoritários. Por outro lado, a cidadania é ampliada de modo a assimilar os que sofriam preconceito. E, como diz Gellner, “Sob as condições da modernização, os grupos minoritários e especializados perdem as suas desvantagens, mas também perdem o monopólio e a proteção” (idem, 1993, p. 156). Considerando que muitos membros das minorias étnicas, por terem exercido funções lucrativas, enriqueceram consideravelmente, o Estado moderno vislumbrou uma possibilidade de extrair parte desses recursos e repassá-los aos nacionais, os quais demonstravam insatisfação com a benéfica condição daquelas minorias. A perseguição surge então, nesse contexto, de competição entre a burguesia nacional ascendente e os grupos minoritários que costumeiramente monopolizavam as atividades lucrativas ou altos postos burocráticos.

Contudo o fenômeno do anti-semitismo não se restringiu à Europa Oriental, pois ocorreu em vários lugares, também no Ocidente, com razões diversas. Nos países da Europa Ocidental, boa parte dos hebreus havia sido expulsa há séculos (porque a burguesia nacional já estava solidificada), mas a literatura aponta que a Revolução Industrial também teve efeito sobre o fortalecimento do anti-semitismo por duas razões: primeiramente, os judeus foram acusados de tomar o trabalho de muitos que se viam aflitos pelo desemprego. Em segundo lugar, muitos judeus escaparam das perseguições

no leste e buscaram refúgio na Europa Ocidental (além dos EUA e da América Latina).

Formado do mesmo estofa que o nacionalismo europeu, o movimento sionista, segundo Ferrán Brichs, era um projeto nacionalista e colonialista, fundado na substituição da população autóctone, por colonos judeus brancos (BRICHS, 2006, p. 1). O mesmo autor salienta que, no entanto, há uma diferença entre o colonialismo europeu clássico e o projeto sionista: no primeiro caso, tem-se a exploração da mão-de-obra local, enquanto que o segundo pretende a evacuação dos árabes palestinos, a fim de assentar os colonos judeus. É, portanto, um projeto de “expulsão e separação étnica” (idem, p. 1).

Para concluir, o Estado de Israel foi uma decorrência direta da criação do Sionismo político. Este movimento se consagrou no contexto da era dos nacionalismos, onde não há mais escapatória para os povos que não seja a via nacional (como defende Gellner), quer incorporando-se a uma nação, quer criando o seu próprio estado, como pretenderam os sionistas. No entanto, dado que a população judia, há séculos, se encontrava concentrada majoritariamente na Europa, não resultava tarefa simples o convencimento para abandonar a Europa e emigrar para a Palestina. Foi necessário recorrer aos fundamentos tradicionais do Judaísmo para homogeneizar a população em torno da idéia de um lar nacional na Palestina.

## 2.2 – O conceito de Nacionalismo:

Para compreender a criação do Estado de Israel, é importante observar as principais correntes teóricas do Nacionalismo, no qual se fundou o projeto sionista, conforme a afirmação de Herzl: “Não considero a questão Judaica nem como uma questão social, nem como uma questão religiosa (...). É uma questão nacional, e para resolvê-la, é-nos preciso (...) fazer dela uma questão política universal” (HERZL, 1947, p. 42). Neste trabalho, são utilizadas três abordagens teóricas do Nacionalismo, com o objetivo de elucidar o caráter nacionalista do movimento sionista surgido no século XIX. O primeiro teórico é Ernest Gellner, cuja contribuição fundamental para abordar o tema do Sionismo é a sua tipologia do Nacionalismo, que classifica o caso hebraico como Nacionalismo de Diáspora. Segundo este autor, o Nacionalismo é um fenômeno vinculado ao desenvolvimento da industrialização européia.

Neste sentido, o segundo autor a ser considerado é Benedict Anderson, o qual parece coincidir com o pensamento de que o nacionalismo guarda íntima relação com o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, os dois autores divergem quanto ao momento histórico, pois para Anderson, as raízes do pensamento nacionalista se encontram no desabrochar do sistema capitalista, no século XVI. Acompanhada pelo desenvolvimento da tipografia (a partir do quê Anderson cunhou a expressão capitalismo tipográfico) e dos vernáculos, Anderson ensina que a idéia de nação se cristalizou sob a forma do que ele denomina de *comunidades imaginadas*.

O terceiro teórico é Eric Hobsbawm, o qual concorda com Benedict Anderson e com Ernest Gellner, a respeito da imaginação ou invenção da nação, mas salienta que, embora sejam construções das elites, não se pode minimizar a importância do papel das massas para a conformação do fenômeno. Em suas palavras,

As nações são fenômenos duais, construídos pelo alto, mas que não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. Essa visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos, ou ativistas nacionalistas, mas sim pelas pessoas comuns é difícil de ser descoberta (HOBSBAWM, 1990, p. 19-20)

Hobsbawm adverte que nem sempre as populações aderem ao projeto nacionalista e ilustra o seu pensamento com o caso dos judeus de classe média que, na

Europa, uma vez adquirido o estatuto de igualdade no exercício da cidadania, são assimilados pela cultura hegemônica.

Em sua obra *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 2008), o autor sustenta, concordando com E. Gellner, que nação e nacionalismo são construções históricas (datadas do século XVIII), cujo padrão se impôs universalmente. Refuta, assim, o senso comum de que sejam dados “naturais” das sociedades humanas. Benedict Anderson define a nação, como sendo “Uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). A nação, para o cientista político é uma *comunidade*, porque costuma-se pensar que seus membros estão unidos por laços de camaradagem e solidariedade, ocultando-se os conflitos e a exploração existentes nas relações sociais. É *imaginada*, no sentido de que “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão a maioria de seus companheiros”. Segundo E. Gellner, “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem” (GELLNER, 1993, p. 32). Ele percebe a invenção da nação, como algo falso, porque haveria comunidades autênticas, enquanto B. Anderson pensa tratar-se de imaginação, ou criatividade. As comunidades imaginadas são *limitadas*, na medida em que têm fronteiras territoriais. Por fim, a comunidade é *soberana*, na medida em que o Estado-nação baseou-se no povo soberano e não mais no poder de origem divina do *Ancien Régime*.

Já o filósofo Ernest Gellner concebe a teoria do Nacionalismo, em linhas gerais, partindo do seguinte postulado: “O nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra” (GELLNER, 1993, p. 11). Dito de outro modo, significa que a cada nação, deve equivaler um Estado e, cada vez que esse pressuposto não é observado, o princípio nacionalista vê-se desrespeitado. Aplica-se tal situação ao caso dos judeus durante a Diáspora, pois “uma nação pode distribuir-se por uma multiplicidade de Estados, de forma que nenhum deles se possa proclamar como o estado nacional” (GELLNER, 1993, p. 11). Gellner segue seu raciocínio, ao dizer que a quantidade de nações é muito superior à possibilidade de concretizar um Estado para cada uma delas, de modo que muitas populações acabam repelidas do sistema estatal. Neste ponto, o autor discute a sua concepção de Estado<sup>2</sup> e de nação<sup>3</sup>. Interessa aqui, para a questão judaica, a

---

<sup>2</sup> Ernest Gellner compreende o Estado como “uma elaboração (...) bastante específica da divisão do trabalho. Estado (...) representa a especialização e a concentração próprias da manutenção da ordem. O Estado é aquela instituição ou conjunto de instituições especialmente consagradas à manutenção da ordem

associação, estabelecida por Gellner, entre o nacionalismo e a existência do Estado, reconhecendo a importância da base territorial, pois afirma que:

“parece dar-se também o caso de o nacionalismo apenas surgir em meios nos quais a existência do Estado é já há muito aceite. A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceites (...) e constitui uma condição necessária do nacionalismo, embora certamente insuficiente“ (GELLNER, 1993, p. 16).

---

(...). O Estado existe onde existam instituições especializadas na manutenção da ordem, como as forças policiais e os tribunais (...). Nem todas as sociedades são dotadas de Estado. Daí resulta que o problema do nacionalismo não se coloca para as sociedades sem Estado (GELLNER, 1993, p. 15).

<sup>3</sup> Ernest Gellner não adianta um conceito de nação; apenas se limita a dizer que há duas concepções: a cultural e a voluntarista. A primeira entende que os valores, tradições e história comuns conformam a nação, a partir de um misto, segundo Gellner, de lealdade e coerção; já a segunda concepção pretende que a vontade é o elemento unificador entre os indivíduos de uma nação. Em outros termos, só existe a nação enquanto os indivíduos, que dela pertencem, assim o quiserem.

### 2.3 – O Nacionalismo de Diáspora:

A fim de classificar os tipos de nacionalismos existentes, Gellner sugere um esquema que relaciona três elementos entre si o poder político, sempre exercido por um grupo minoritário; a educação ou cultura erudita moderna, cujo acesso é aberto tanto para as elites, como para as massas. O terceiro elemento é a cultura, podendo ser similar ou diversa entre o grupo dominante e o dominado. Dando ênfase à questão cultural, Gellner afirma que onde houver a mesma cultura, não surgirá o conflito. Do cruzamento entre as três variáveis, Gellner obtém uma classificação de oito tipos sociais<sup>4</sup>, sendo o que aqui importa o Nacionalismo de Diáspora.

A explicação dada por Gellner se aplica ao caso dos judeus na Europa Oriental, pois na medida em que se firmavam as burguesias locais, elas desejam tomar a fonte da riqueza de minorias, como os hebreus. Uma vez que as comunidades judaicas eram muito frágeis por seu estatuto étnico, não foi difícil para países, como a Rússia, perseguirem-nas. É a partir desse momento que o Sionismo se estabelece, pois, consoante Gellner, somente a garantia de um território nacional poderia proteger os hebreus da Europa, uma vez que qualquer população, submetida à diáspora, deverá optar pelo nacionalismo para sobreviver. Justifica-se aqui a adequação do conceito de nacionalismo de diáspora, pois como diz E. Gellner,

Israel é o mais famoso e dramático caso de nacionalismo de diáspora bem sucedido. Estas perseguições ilustram, melhor do que quaisquer outras, o tipo de destino que podem esperar comunidades culturalmente distintas, indefesas do ponto de vista políticas e

---

<sup>4</sup> 1º. Grupo dominante tem acesso à educação, e o grupo dominado, sem acesso à educação e pertencem à mesma cultura: Industrialização inicial sem catalisador étnico. 2º. Grupo dominante tem acesso à educação, e o grupo dominado, sem acesso à educação e pertencem a diferentes culturas: Nacionalismo “Habsburgo” (e pontos leste e sul). 3º. Grupo dominante tem acesso à educação, e o grupo dominado, também e pertencem à mesma cultura: Industrialização Homogênea Madura. 4º. Grupo dominante tem acesso à educação, e o grupo dominado, também e pertencem a culturas distintas: Nacionalismo Europeu Liberal Clássico (unificação italiana e alemã) 5º. Grupo dominante sem acesso à cultura erudita e o grupo dominado, com acesso à educação e ambos pertencem à mesma cultura: Situação “Dezembrista” Revolucionária, mas não nacionalista. **6º. . Grupo dominante sem acesso à cultura erudita e o grupo dominado, com acesso à educação e pertencem a culturas diversas: Nacionalismo de Diáspora.** 7º. Grupo dominante e grupo dominado não têm acesso à educação, mas ambos pertencem à mesma cultura: Situação Pré-Nacionalista Atípica. 8º. Grupo dominante e grupo dominado não têm acesso à educação e pertencem a culturas diversas: Situação Pré-Nacionalista Típica (GELLNER, 1993, p. 141).



economicamente privilegiadas findadas o período das comunidades especializadas típicas da forma tradicional de divisão orgânica do trabalho. A transformação humana envolvida no caso judaico foi contra a tendência global: uma população cosmopolita, altamente instruída, sofisticada e urbana, que regressa, pelo menos em parte, à terra e se torna mais insular (GELLNER, 1993, p. 158-159).

Configura-se este cenário quando temos duas populações, uma dominante e outra dominada, pertencentes a duas culturas diferentes, em que a segunda possui um padrão educacional mais sofisticado que o primeiro grupo. Gellner defende que, nas sociedades pré-industriais, pode ser vantajoso, para a elite dominante, permitir que grupos minoritários ou discriminados (como escravos ou estrangeiros, a exemplo dos hebreus) desempenhem algumas funções estratégicas de poder. Isto ocorreria porque seria demasiado perigoso atribuir tais papéis a membros que, embora pertencentes ao grupo dos dominados, sejam livres e detentores de estatuto social privilegiado. Os agrupamentos que sofrem discriminação, em sociedades pré-industriais, necessitam da proteção dos poderosos e, estes, sabedores do temor daquela população, podem conceder-lhe algumas funções importantes (como o domínio das finanças), em troca de vantagens econômicas (como, por exemplo, exigir o pagamento de alguns tributos). Cria-se um sistema de lealdade pelo medo.

Entretanto, no instante em que os países europeus se industrializaram, o acesso à educação de massas, a informações importantes - sobretudo no mundo empresarial e ao estilo de vida urbano e, portanto, mais aberto a novas oportunidades, permitiu que grupos discriminados conseguissem melhor inserção social. Mas o paradoxo desta melhoria de sua condição social foi a perda dos antigos “privilégios”, de que gozavam anteriormente. Simplesmente as sociedades industriais, ao se abrirem, homogeneizaram o acesso das massas e dos excluídos (como os judeus), tanto à educação, como à burocracia estatal ou aos negócios. Aqui se enquadra perfeitamente a situação dos hebreus vivendo na Europa.

No dizer de Gellner, “Alguns destes grupos, brilhantes do ponto de vista econômico, têm atrás deles uma longa tradição de dispersão, de urbanização, e de estatuto minoritário: é este claramente o caso dos Judeus” (GELLNER, 1993, p. 156). Ocorre que, no Estado industrial moderno, o grupo socialmente discriminado, porém detentor de uma condição econômica e educacional favorável, passa a sofrer a concorrência de novos grupos, pertencentes à mesma cultura da elite política. Ora, neste

momento, a maioria cultural exige que o Estado retire do grupo minoritário a exclusividade de acesso àqueles privilégios antigamente outorgados. Assim, no Nacionalismo de Diáspora, uma população bem educada, mas desprovida de poder político, passa a sofrer as conseqüências de seu estatuto discriminatório. As palavras de Theodor Herzl, em *O Estado Judeu*, vêm ao encontro da teoria exposta por Gellner:

(...), lá onde a lei estabeleceu igualdade de direitos para os Judeus, esta não poderá mais ser suprimida. Para dizer a verdade, não podem empreender nada de eficaz contra nós (...). Como procederiam hoje para apanhar-lhes a fortuna mobiliária? Consiste em pedaços de papeis impressos (...). Mas semelhantes medidas não poderiam ser tomadas unicamente contra os Judeus (...). Por esta impossibilidade de atingir aos Judeus, o ódio não faz mais que reforçar-se e exacerbar-se (HERZL, 1947, p. 61-62).

E Gellner acrescenta então: “As conseqüências trágicas e desastrosas (...) variam entre o genocídio e a expulsão” (GELLNER, 1993, p. 157). Um bom exemplo do que ocorreu com os judeus na Europa central é descrito por Benedict Anderson, ao discorrer sobre a situação na Hungria no fim do século XIX: “No campo econômico, o regime de Tisza deu livre espaço aos magnatas agrários, mas o poder político ficou monopolizado nas mãos da pequena nobreza rural. Restava apenas um refúgio para os despojados: a rede administrativa do governo local e nacional e o exército” (ANDERSON, 2008, p. 154).

Neste sentido, Anderson e Gellner concordam, ao observar que grupos culturalmente discriminados, economicamente bem estruturados e politicamente fracos, podem sofrer os reveses da mudança de interesses da elite política, passando a ser perseguidos. É a partir deste cenário de perseguição aos sujeitos da Diáspora que surge a idéia de construir seu próprio Estado-nação. Emerge o desejo de uma base territorial que lhes dê o gozo de todas as garantias que não possuem nos Estados, de cultura diversa.

#### *2.4 - O contexto histórico da constituição do Estado de Israel:*

Como visto anteriormente, a partir do fim do século XIX, na Europa, se organizou o Sionismo, movimento de cunho nacionalista, que propunha a criação de um estado judeu na Palestina. A formação de Israel está, portanto, intimamente vinculada ao apoio que os sionistas receberam, inicialmente, de judeus ricos para implantar o projeto de imigração hebraica para o território da Palestina. Entretanto, não foram em vão os esforços de líderes sionistas, como o químico russo Chaim Weizmann, para angariar o apoio e proteção da maior potência mundial na época, a Grã-Bretanha. O governo britânico aderiu à proposta sionista porque tinha interesse em dois pontos específicos: o primeiro era o papel de aliado que o futuro estado de Israel se dispunha a jogar e o segundo item dizia respeito ao Canal de Suez, no Egito. A política imperialista inglesa necessitava de uma rota aberta aos seus interesses desde o Canal de Suez até a Índia e os judeus poderiam ajudar a Coroa britânica neste propósito. Como assinala Edilson Silva:

Indiretamente, os britânicos pensavam na estratégica rota marítima de Suez, uma vez que distúrbios nacionalistas emancipacionistas no Egito ameaçavam a hegemonia da Grã-Bretanha. Haveria então uma afinidade entre a aspiração sionista de um lugar na Palestina e interesses britânicos na rota para as Índias. O estreitamento das relações anglo-judaicas deve ser entendido, então, nesse contexto, em que os judeus, considerando-se a ponta de lança do ocidente contra os “bárbaros do oriente”, tornar-se-iam fiéis aliados britânicos, para assegurar a estabilidade na estratégica passagem entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho (SILVA, 2003, p. 134).

Ora, o problema para os interesses ingleses na região era a existência do Império Turco-Otomano, do qual a Palestina era uma província. De igual modo, os franceses também enxergavam na Sublime Porta um obstáculo para seus interesses no Oriente Médio. Os turcos, a seu turno, vinham nos últimos anos exercendo seu poder de modo mais contundente sobre o Oriente Médio, em virtude da “revalorização geopolítica da região como entreposto marítimo - Suez, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Índia - e a construção da estrada de ferro do Hejaz, patrocinada pela Alemanha (o que permite compreender um dos motivos pelos quais os turcos se aliaram aos alemães), que rasgou o território ao meio” (SILVA, 2009, p. 110). Não se pode esquecer que o petróleo

começava a despontar como a mais importante fonte energética e as potências ocidentais não estavam dispostas a renunciar a tamanha riqueza disponível no Oriente Médio. Por conseguinte, o que se observa é uma intensa disputa imperialista naquela zona, tendo como principais atores, a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Império Otomano. A Primeira Guerra Mundial foi, portanto, a oportunidade para as conveniências anglo-francesas destruírem as pretensões turcas.

Conhecedores da existência de movimentos nacionalistas árabes contra o domínio turco, os britânicos passaram a prometer a independência aos árabes, mediante apoio contra as tropas turcas ao longo da Primeira Grande Guerra. Em 1915, foram entabuladas negociações do Alto Comissário Britânico no Cairo, Henry McMahon com uma liderança árabe, o xerife de Meca, Abdullah elk Hussein e, assim, tanto o Egito, como o Reino de Hejaz ingressaram no conflito em aliança com a Inglaterra. A estratégia britânica de guerra ao Império Turco-Otomano previa o ataque inglês ao Egito, enquanto às forças árabes e à Legião Judaica, comandadas por Faiçal (filho de Hussein) e pelo tenente T. E. Lawrence, caberia o assalto à Província da Síria, da qual a Palestina fazia parte.

No desenrolar da Primeira Grande Guerra, os ingleses se envolveram em um emaranhado de acordos políticos controversos, de conseqüências desastrosas para o futuro da Palestina. Ao mesmo tempo em que o Alto Comissário, Henry Mac-Mahon prometia a Hussein a existência de um reino árabe independente que abrangia a Palestina, o Ministro das Relações Exteriores, James Balfour prometia aos judeus a criação de estado judaico na mesma Palestina. Em 1917, o professor da Universidade de Manchester, Chaim Weizmann, que assumira a liderança do movimento sionista, após a morte de T. Herzl, em 1904, conseguiu o apoio do Ministro inglês Arthur Balfour para a causa judaica. Durante a guerra, os seus estudos sobre a produção da acetona para produzir cordite (explosivo), o pôs em contato com o ministro da Guerra, Lloyd George (FRASER, 2004, p. 13). Weizmann, que assumiria três anos mais tarde a presidência da Organização Sionista Mundial, teve a habilidade de conseguir extrair de Balfour um compromisso firmado de ajuda dos ingleses à proposta sionista de criar um “lar nacional judeu na Palestina”: foi a notória Declaração Balfour, de 02 de novembro de 1917. Em dezembro do mesmo ano, as tropas da Grã-Bretanha conquistaram Jerusalém e, a seguir, em 1918, após a derrota turca para as forças árabes, os exércitos vitoriosos entraram em

Damasco, onde se estabeleceu uma administração militar, mediante o Conselho Provisório até 1920, compartilhado com os franceses.

Em suma, a Coroa Britânica fazia promessas iguais a árabes e judeus, através de diferentes interlocutores do governo inglês. No entanto, em 1916, foi firmado o acordo secreto, entre a Inglaterra, representada por Mark Sykes e François-George Picot, em nome da França, que estabelecia a partilha do Oriente Médio entre as duas potências, mas assegurando uma fatia do território à Rússia, de forma que se retornasse aos tempos do equilíbrio de poder do século XIX. Ademais o *Acordo Sykes-Picot* entre as nações européias beneficiava o Império Czarista na medida em que lhe abria uma saída para o Mar Mediterrâneo, através do Mar Negro e do controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, até então sob domínio turco. O importante é que o tratado fora firmado antes mesmo do fim da guerra e, no mesmo instante em que realizavam negociações com árabes e judeus, sob promessas a ambos os lados de conceder-lhes a Palestina, quando, na verdade, pelo pacto assinado, os territórios palestinos ficariam sob domínio da internacional. O pacto secreto somente veio à tona, em 1917, por denúncia dos revolucionários russos que abandonaram o acordo e levaram o rei Hussein a demandar esclarecimentos à Grã-Bretanha. Uma das cláusulas do ajuste era bastante claro quanto às intenções franco-britânicas:

4 - por acordo entre França e Inglaterra a zona entre a França e os territórios britânicos formam a Confederação dos Estados Árabes ou um Estado árabe independente, aos quais as zonas de influência são determinadas ao mesmo tempo (SILVA, 2009, p. 120).

Além do Acordo Sykes-Picot, o sentimento árabe de traição foi fortalecido pela Declaração Balfour, de 02 de novembro de 1917. Na prática, tratou-se de uma correspondência do Ministro das Relações Exteriores, James Balfour, enviada ao banqueiro judeu Lord Rothschild, na qual dizia que “(...) Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu na Palestina, entendido que não se fará nada que possa acarretar prejuízos aos direitos civis e religiosos das comunidades não-júdias da Palestina” (SALEM, 1985, p. 21). Como pondera Helena Salem, “A ressalva britânica para que fossem respeitados os ‘direitos das comunidades não-júdias’ era questionável: como não entrar em choque com elas, ao se pretender criar um Lar Nacional de uma população estrangeira num território já povoado? (idem). A partir da Declaração Balfour a imigração judaica para a Palestina foi estimulada, o que contribuiu fortemente para a instalação de um estado judeu nos

territórios palestinos.

Em conformidade com o acima dito, Weizmann manteve contatos com importantes figuras da política britânica, tais como: Lloyd George, Winston Churchill, Herbert Samuel, James Balfour e Edmund Rothschild. O líder sionista decidiu, após emigrar para o Reino Unido, transferir a sede do movimento sionista de Viena para Londres, pois tinha consciência da importância de obter o apoio da nação mais poderosa do mundo naquele momento. De fato, a Declaração Balfour significou a primeira grande vitória sionista rumo ao estabelecimento do lar nacional judaico e, ao mesmo tempo, foi fonte de grande preocupação para os árabes, gerando inclusive a reclamação do Mufti de Jerusalém, Hadj Amin Al-Husseini perante a Coroa Britânica, embora houvesse a argumentação sionista de que o desenvolvimento da Palestina, sob colonização judaica, seria benéfico também para os árabes.

Efetivamente, ao fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Turco-Otomano estava esfacelado e dividido em zonas de influência das potências européias, por decisão da Conferência de Paz de Paris, em 1919. Como consequência da Primeira Guerra Mundial, em 1920, foi realizada a Conferência de San Remo que criou a figura dos mandatos e a Palestina passou à administração civil inglesa, denominado Mandato Britânico. Os acordos de partilha do Oriente Médio acabaram por dar nova configuração política à região, concedendo ao Reino Unido os mandatos sobre o Iraque e a Palestina, e à França, os mandatos sobre o Líbano e a Síria. Houve ainda mutilação de parte do território palestino para formar a Transjordânia, a fim de beneficiar o rei Hussein, cujo filho, o Emir Abdullah (irmão de Faiçal) se tornou o rei do novo país.

Em 25 de abril de 1920, iniciou o Mandato Britânico na Palestina e, em julho do mesmo ano, começou o governo civil, sob Sir Herbert Samuel, pertencente ao movimento sionista. Obviamente os interesses judaicos se viram enormemente fortalecidos, já que o Fundo Nacional Judaico promoveu a aquisição de terras (a partir de agora proibidas de serem vendidas, arrendadas ou trabalhadas por não-judeus). Igualmente a Organização Sionista Mundial impulsionou a construção de escolas, hospitais e colônias judaicas (*kibutz*). Dessa forma,

Todas as atividades (comércio, agricultura, imigração, habitação) ficaram nas mãos do sionismo, enquanto que o hebraico passava a ser língua oficial, juntamente com o árabe e o inglês. Os sionistas colocaram seus integrantes à frente da Agência Judaica e tomaram

todas as medidas possíveis para facilitar a aquisição de terras por parte dos judeus e dificultar a compra e a manutenção das mesmas pelos árabes. A concessão para gerar eletricidade para toda a Palestina, com exceção de Jerusalém, foi entregue a um sionista chamado Rothenberg por 70 anos (SOARES, 1989, p. 29).

Diante da decepção do Acordo Sykes-Picot e da Declaração Balfour, o nacionalismo árabe retomou o fôlego e explodiram as primeiras revoltas durante os anos 1920. Após o incentivo da Declaração Balfour e da derrota dos árabes na luta por um território independente, as vagas imigratórias (*aliyas*) de judeus europeus para a Palestina se intensificaram na mesma proporção que os conflitos com os árabes. Até então, a colonização da Palestina não havia provocado distúrbios em que pese o processo de aquisição de terras dos camponeses desde o fim do século XIX. A mudança ocorreu devido à frustração das expectativas árabes em relação ao seu próprio nacionalismo e à dúvida política inglesa que ora fomentava a imigração judaica, ora a limitava.

A primeira rebelião árabe ocorreu na cidade de Jafa em 1921. Outro movimento de violência árabe ocorreu, em 1928, na cidade de Jerusalém. O futuro Primeiro Ministro israelense, Ben Gurion ajudou a criar a central sindical *Histadrut*, que se notabilizou por pregar o princípio do exclusivismo do trabalho judeu (empregando inclusive de violência contra empresários judeus que quisessem contratar mão-de-obra árabe), bem como o *Mapai* - Partido Unificado dos Trabalhadores. O nível de violência subia, à medida que os colonos judeus, auxiliados pelas forças paramilitares hebraicas, destruíam as casas e as propriedades rurais dos agricultores árabes.

Em reação à revolta palestina, no ano de 1922, a Grã-Bretanha lançou o primeiro *Livro Branco* (*Command Paper* ou *White Paper*), através do qual pretendia estancar o processo de colonização judaica da Palestina a fim de não aumentar o descontentamento árabe, mas na verdade, o Livro Branco nunca chegou a ser aplicado na prática. No mesmo ano, foi outorgada uma Constituição para a Palestina e a ratificação do Mandato Britânico pela Liga das Nações. Ao longo da década de 1920, a colonização judaica da Palestina foi incentivada pela Organização Sionista Mundial, especialmente depois da crise de 1929, nos EUA, e do crescimento do nazismo anti-semita na Europa. Cabia à Agência Judaica, uma das instituições sionistas, criada em 1920, fomentar e organizar a imigração e colonização judaicas em forte colaboração com os britânicos. Esse órgão comumente era auxiliado pela ação de organizações terroristas hebraicas contra os

camponeses árabes que resistissem à venda das terras.

Durante os anos 1930, intensificaram-se os conflitos entre judeus e árabes, sobretudo pela posse da terra. A situação dos camponeses palestinos já se deteriorava, desde o fim do século XIX, em razão das políticas adotadas pelo Império Turco-Otomano de privatizar o solo. O objetivo otomano era implantar o capitalismo no campo, de modo a modernizar as relações de produção e aumentar a produtividade. O Império Otomano pretendia transformar a Palestina em uma região agro-exportadora para a zona do Mediterrâneo e, para tanto, empreendeu uma política de privatização das terras comunais; parte delas vendidas a colonos judeus, por intermédio da Agência Judaica. Também grandes proprietários absenteístas venderam suas terras a imigrantes hebreus. O resultado do processo de desenvolvimento capitalista na Palestina e da alteração de seu perfil fundiário foi a perda das terras dos camponeses e o conseqüente êxodo rural. No entanto, outra dificuldade se impunha aos trabalhadores árabes, porque a *Histadrut* coibia a contratação de trabalhadores não-judeus.

A partir de 1933, o impulso da venda de terras aos judeus foi contido pela Coroa Britânica em virtude de aproximações que os árabes fizeram em relação a Hitler. Diante do quadro de exacerbação do conflito entre judeus e árabes, no ano de 1936, o Mufti de Jerusalém, Hajj Amin Al-Husseini (Alto Comitê Árabe), liderou uma grande rebelião e greve geral contra o Mandato Britânico. Apesar de a Grã-Bretanha haver reprimido a revolta com o apoio da *Haganah* (organização clandestina de defesa das colônias judaicas), a Coroa Britânica foi obrigada, mais uma vez, a rever sua política de imigração judaica. Assim, em 1937, Lorde Peel presidiu a Comissão Real para a Palestina, a qual deveria realizar um estudo sobre as causas da rebelião árabe; tarefa desempenhada pelo Professor R. Coupland, o qual sugeriu a partilha da Palestina em dois novos estados: um judeu e outro palestino, em seu relatório apresentado à Liga das Nações. Embora Weizmann estivesse convencido da proposta de Coupland, nem os judeus, nem os árabes (a recusa se deu em setembro de 1938, durante a realização do Congresso Pan-Árabe) aceitaram-na, levando o governo inglês a desistir temporariamente da partilha em dois estados.

Em 1938, o Império Britânico renovou a intenção de partilhar o território palestino, através da Comissão liderada por Woodhead, porque a Segunda Guerra Mundial se avizinhava e a Grã-Bretanha não podia dispensar o apoio árabe (soldados,



recursos petrolíferos e rotas abertas até a Índia). Ademais, os árabes estavam se aproximando perigosamente do Eixo, sem contar nos graves distúrbios e greves da população palestina. Por isso, o Ministro das Colônias, Malcom McDonald anunciou que haveria nova limitação da imigração judaica para a Palestina e garantiu o fim do Mandato Britânico em até 10 anos. O Mufti Hajj Amin, no exílio, não aproveitou a oferta de McDonald e escolheu aliar-se à Alemanha, de Hitler, causando grande dano para a questão palestina (FRASER, 2004).

Em maio de 1939, o governo britânico anunciou novo *White Paper*, contendo as seguintes proposições: a elaboração de uma Constituição que previsse o fim do Mandato Britânico, ou seja, a independência da Palestina. Diante da recusa da partilha em dois estados, o Livro Branco propunha a existência de um único estado para judeus e palestinos, com igualdade política para ambos. Em segundo lugar, o *Command Paper* estabelecia que a imigração judaica para a Palestina deveria observar a capacidade de absorção econômica do território, o que, na prática, significava o fim da Declaração Balfour e, em terceiro lugar, impedia a venda de parcelas das terras árabes aos judeus. O problema é que a perseguição aos judeus, na Alemanha nazista, se aprofundou, aumentando a pressão imigratória para a Palestina e, por conseguinte, a ação das organizações paramilitares clandestinas, como a *Haganah*, a *Irgun* e *Stern*. Contudo, ao longo da Segunda Guerra Mundial, os britânicos conseguiram angariar o apoio da Transjordânia e do Hejaz, o que facilitou a estratégia militar inglesa em utilizar o Oriente Médio, tanto como base para lutar contra Hitler no sul da Europa, como para levar suprimentos à URSS. Além do mais, o domínio da região permitiu aos ingleses o acesso ao petróleo, que foi fundamental para a vitória dos Aliados (FRASER, 2004, p. 19). Logo, o que se observa, ao longo dos anos 1930, como na década anterior, a respeito da política britânica para a Palestina, é que permaneceu oscilante: ora reprimindo as demandas árabes, ora limitando a imigração judaica na região, o que gerou descontentamento de ambos os lados.

Em face da hesitante política britânica, o movimento sionista começou a se aproximar dos EUA (inclusive por perceber a decadência da antiga potência britânica que cedia o lugar para a nação norte-americana) e a primeira vitória judaica foi assegurar a imigração, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, para a Palestina das vítimas do holocausto, com o aval do Comitê Anglo-Americano. A posição deste órgão,

em 1945, era favorável a um governo provisório, na Palestina, coordenado pela ONU até a formação de um estado independente da Inglaterra que abrangesse judeus e árabes em igualdade jurídica.

Outra consequência do rearranjo político após o fim do conflito de 1945, foi a formação neste ano da Liga dos Estados Árabes, cujos membros-fundadores foram: Egito, como liderança, Iraque, Síria, Líbano, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen. A organização tinha por objetivo constituir um espaço permanente de defesa dos interesses dos povos árabes, mas na verdade acabou por ecoar os desejos das elites aliadas da Grã-Bretanha. É importante citar que, em 1946, a Transjordânia se torna país independente da Coroa britânica.

No ano de 1947, a Inglaterra, esgotada pelo longo conflito mundial e percebendo que o Mandato Britânico era uma política hostilizada tanto pelos judeus, quanto pelos árabes, e, portanto, fadada ao fracasso, decidiu renunciar à Palestina. Encaminhou, então, o problema palestino à ONU, a qual criou o Subcomitê para a Palestina, a fim de analisar a questão em setembro de 1947. Os Estados Unidos da América e a União Soviética elaboraram, para que fosse submetido à votação pelas Nações Unidas, o plano de partilha da Palestina, formando um estado judeu e outro árabe, ficando Jerusalém sob tutela internacional da ONU. Neste período, recrudescer o terrorismo judeu contra as tropas inglesas, pois o Mandato ainda não se encerrara. Por outro lado, também os árabes reagiam com violência.

No dia 29 de novembro de 1947, a proposta de divisão da Palestina e do fim do Mandato Britânico foi aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções. A Palestina era dividida em sete áreas, sendo três para os judeus, contendo 14.000 km<sup>2</sup> e correspondendo a 56% do território, incluía o Deserto de Neguev, o Golfo de Acaba e a região entre Tel Aviv e Haifa. Outras três partes do território foram destinadas aos palestinos, os quais ficaram com 43% do território, equivalentes a 11 mil km<sup>2</sup>, entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. O norte de Israel seria dividido entre ambos os povos, enquanto a sétima parte era Jerusalém internacionalizada, porque representava um local sagrado para as três maiores religiões monoteístas: Judaísmo, Islã e Cristianismo. Enquanto os judeus festejavam, exultantes, o resultado da votação, os países árabes se rebelaram e já, no dia seguinte, sob fortes protestos árabes, foi decretada a greve geral de três dias (30/11, 01 e 02/12/47) e

declarada guerra contra os ingleses e os judeus. No entanto, as organizações paramilitares, *Haganah*, *Stern* e *Irgun*<sup>5</sup> - se encontravam muito bem organizadas e equipadas com modernos armamentos, o que lhes valeu a vitória sobre os árabes. Conforme disse P. Vizontini, “De qualquer maneira, recusar o plano foi um erro que custou muito caro aos árabes e palestinos” (VIZENTINI, 2012, p. 24).

A Grã-Bretanha definiu, então, que retiraria completamente suas tropas da Palestina a partir de 15 de maio de 1948, mas o estado de beligerância entre árabes e judeus já havia iniciado e o terrorismo judeu se tornava cada vez mais ativo. Exemplo disso foi o massacre ocorrido, em 09 de abril de 1948, quando membros da *Irgun* incendiaram a aldeia de Deir Yassin, próxima a Jerusalém, assassinando cerca de 250 camponeses palestinos. Outro ato terrorista ocorrido no mesmo ano foi o assassinato do mediador da ONU, Conde Bernadotte, em Jerusalém por terroristas judeus, o que acelerou a retirada das forças inglesas.

Em 14 de maio de 1948, terminou o Mandato Britânico e os judeus aproveitaram para proclamar a criação do Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelos EUA e pela URSS. No dia seguinte, a Liga Árabe declarou guerra contra Israel, mas em 30 de maio de 1948 foi assinado um cessar-fogo.

O Líbano não foi capaz de uma ação eficaz contra Israel, a Síria não avançou além da região da Galiléia e a Jordânia somente ocupou parte de Jerusalém. O único país que empreendeu um ataque mais eficiente foi o Egito, mas assim mesmo Os israelenses saíram vitoriosos do conflito, ao anexar o deserto de Negev em dezembro de

---

<sup>5</sup> No que diz respeito às organizações de defesa judaicas, houve fundamentalmente três grupos clandestinos: a primeira era a *Haganah*, a qual lutou, ao lado dos ingleses, durante a II Guerra Mundial contra a Alemanha nazista, embora nos anos 1930, tenha feito o emprego de vários métodos terroristas contra os soldados do Mandato Britânico. O segundo movimento era a *Irgun Zvei Leumi* (Organização do Exército Nacional), uma dissidência da *Haganah* a partir de 1938, fundada por David Raziel e Abraham Stern. Como os ingleses haviam conseguido combater a *Irgun*, no período que antecedeu à Segunda Guerra, o polonês Menahem Begin se empenhou na tarefa de reorganizar o grupo a partir de 1943. Finalmente o terceiro grupo terrorista era o *LHEY* (*Lohmey Heruth Israel* ou *Lutadores pela Liberdade de Israel*), conhecido por *Stern*, em homenagem ao seu fundador Abraham Stern, o qual discordou do apoio dado pelos judeus aos britânicos durante a Segunda Guerra Mundial e criou novo movimento terrorista. Era o grupo mais violento e, em conjunto com a *Irgun*, tinha ações terroristas contra militares e policiais ingleses, além de atacar também a população civil. Em julho de 1946, a *Irgun* realizou o mais famoso ato de terrorista que foi a explosão do *King David Hotel*, em Jerusalém, onde estavam autoridades inglesas. No total, houve 91 mortos e 41 feridos entre árabes, ingleses e judeus. A Agência Judaica, ao mesmo tempo em que condenava as ações terroristas, com elas mantinha muitas relações, inclusive apoiando a *Haganah*, na medida em que facilitavam a implantação do projeto de criação do Estado judeu.

1948 e janeiro de 1949. A Jordânia, em 1950, anexou a Cisjordânia e o Egito, a Faixa de Gaza. O avanço da guerra teve um saldo trágico para os palestinos, pois, a partir de julho de 1948, começaram as expulsões e fugas da população árabe (formando-se os campos de refugiados palestinos nos países vizinhos), sobretudo, após os ataques praticados pela *Haganah*, culminando em novo cessar-fogo. Como explica Helena Salem;

Mal equipados, destreinados, os exércitos árabes foram derrotados pelos sionistas. E o estado de Israel, que, pela partilha da ONU deveria ter 14.942 km<sup>2</sup> (com 497 mil árabes e 498 mil judeus), aumentou para 20.673km<sup>2</sup>, ocupando 78% do território palestino (contra 56,47%, previstos pela ONU). Já o Estado palestino, programado para ter 11.203km<sup>2</sup> (42,88% da Palestina), com 725 mil árabes e 10 mil judeus, desapareceu do mapa, antes mesmo de se constituir oficialmente. Israel anexou 22% a mais do território palestino, a Jordânia se apossou da margem ocidental do Rio Jordão (a Cisjordânia, com 5.295km<sup>2</sup> ou 20,5% da Palestina), enquanto a Faixa de Gaza (354km<sup>2</sup> ou 1,5%) passou para a administração egípcia. Jerusalém (com 105 mil árabes e 100 mil judeus), a cidade santa de católicos, judeus e muçulmanos, foi dividida entre a Jordânia (setor oriental) e Israel. Nesse exato momento começou a diáspora palestina (SALEM, 1985, p. 27).

Em Tel Aviv, o Partido Trabalhista escolheu Ben Gurion como chefe de governo de Israel, e Chaim Weizmann, como Presidente do país. Após as eleições para a Assembléia Constituinte toda a legislação, da época do Mandato Britânico, que estabelecia várias restrições à imigração judaica ao país foram abolidas.

Tendo em vista o dito anteriormente a respeito do movimento sionista, tanto em termos de conceitos teóricos que o embasou, como a respeito do seu desenvolvimento histórico, passa-se, no capítulo seguinte, à análise das notícias publicadas pelos periódicos *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* sobre o momento da criação da partilha da Palestina e a subsequente criação do Estado de Israel.

### **CAPÍTULO 3 - A criação do Estado de Israel nos jornais *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, e *O Estado de São Paulo*<sup>6</sup>**

Abaixo são analisadas as notícias dos jornais *Jornal do Brasil* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ) e *O Estado de São Paulo* (SP) a respeito da criação do Estado de Israel. Há fundamentalmente dois marcos temporais: 29 de novembro de 1947, quando Assembléia-Geral da ONU aprova a divisão da Palestina em dois estados, e 15 de maio de 1948, momento em que se encerra o Mandato Britânico na Palestina e é declarado fundado o Estado de Israel. São examinadas algumas notícias referentes ao posicionamento dos principais atores envolvidos no processo, como a Grã-Bretanha, a União Soviética, os Estados Unidos da América, as Nações Unidas, o movimento sionista e a Liga Árabe e ainda algumas reportagens sobre a atuação do Brasil, por intermédio de Oswaldo Aranha. Também foram escolhidos alguns editoriais que ajudaram a delinear melhor a posição que o jornal tinha a respeito da questão da Palestina.

No tocante à posição das Nações Unidas durante o processo de votação, não se pode perder de vista que a comunidade internacional se encontrava muito abalada com a revelação da brutalidade dos crimes nazistas contra os judeus na Europa, de modo que a decisão favorável da Assembléia-Geral das Nações Unidas à partilha da Palestina foi recebida de bom grado. O brasileiro Oswaldo Aranha presidiu a sessão que votou a Resolução 181, em 29 de novembro de 1947, criando um estado judeu e outro árabe e tornando Jerusalém uma zona internacionalizada. A proposta foi aprovada por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Neste capítulo, serão utilizadas as seguintes abreviações: JB (*Jornal do Brasil*), CM (*Correio da Manhã*), ESP (*O Estado de São Paulo*), UP (*United Press*), R (*Reuters*), AFP (*France Presse*), AP (*Associated Press*), CS/ONU (*Conselho de Segurança da ONU*), AG/ONU (*Assembléia Geral da ONU*).

<sup>7</sup> Votaram favoravelmente à partilha: França, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielorrússia, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Suécia, Ucrânia, África do Sul, Uruguai, URSS, EUA e Venezuela. Votaram contra: Afeganistão, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Pérsia (Irã), Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Iêmen. Abstenções: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras,

Antes de partir para o exame dos periódicos selecionados, cabe observar que todo o noticiário internacional foi divulgado, no Brasil, por matérias compradas de agências de notícias do exterior, como *United Press (UP)*, *Reuters (R)*; *Associated Press (AP)* e *France Presse (FP)*, revelando, como salientado anteriormente, a importância que as agências internacionais assumiram neste período da história da imprensa.

Outra ressalva importante é a respeito do contexto internacional no período analisado: como já referido alhures, o ano de 1947 ensejou o começo da “Guerra Fria”. Por conseguinte, não surpreende que as notícias internacionais destacassem temas considerados mais relevantes, do ponto de vista do conflito bipolar, do que a criação do estado de Israel. Assim, por exemplo, o noticiário denota a preocupação com o avanço comunista na Itália (como as greves), com a Conferência dos 4 Grandes sobre a ocupação da Alemanha, com a situação político-social francesa ou a aprovação do Plano Marshall de recuperação da economia europeia. Para ilustrar, tome-se o exemplo do *Correio da Manhã*, que, em sua edição nº 16269, de 15 de novembro de 1947, na página 1, divulga a seguinte manchete: “Agitação política na Itália: os bolchevistas implantam o terror nas grandes cidades”.

### 3.1 – A reverberação da criação do Estado de Israel na grande imprensa brasileira:

#### 3.1.1- *Jornal do Brasil (JB)*:

Entre 29 de novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, houve 67 dias de publicação de notícias, no *Jornal do Brasil*, sobre a partilha da Palestina e a posterior criação de Israel, sendo mais da metade fornecidas pela *United Press* e o restante dividido entre a *Reuters*, a *American Press* e a *Associated Press*. Este periódico, embora costumasse publicar uma manchete internacional na primeira página, divulgava as notícias do exterior na página 7.

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU aprovou o plano de partilha da Palestina, proposto conjuntamente pelos EUA e pela URSS, e que criava um estado judeu e outro, árabe, ficando Jerusalém internacionalizada. Na realidade, ocorreu o adiamento por 24 horas, conforme proposição do delegado francês nas Nações Unidas, Sr. Alexandre Parodi. Assim, a votação deveria ter acontecido no dia 28 de novembro de 1947 e, por tal razão, o JB noticiou, em sua edição nº 281, p. 7 (mas com manchete na primeira página), o adiamento, cuja razão apontada foi a tentativa de angariar a maior quantidade de votos favoráveis à partilha. A matéria foi comprada da *United Press (UP)*, que também divulgou nota sobre a posição da Grã-Bretanha, cuja posição foi neutra durante a votação, embora houvesse solicitado que os países latino-americanos votassem contrariamente ao plano de divisão.

A manchete (ed. Nº 282), de primeira página, do dia 30 de novembro de 1947 do periódico foi: “Aprovado o plano de partilha da Palestina”. À página 7, como de costume, o *JB* dedicou grande espaço à notícia veiculada pela *UP*. Toma-se conhecimento que a Assembléia Geral aprovou o plano por 33 votos favoráveis, 13 contra e 10 abstenções, após a rejeição da proposta do representante do Líbano, Sr. Chamoun, de criar um estado independente árabe em todo o território da Palestina - posição que os países árabes manteriam até a declaração da fundação de Israel.

Foi formada uma comissão de fiscalização da partilha, composta por 5

membros (Bolívia, Tchecoslováquia, Dinamarca, Panamá e Filipinas). O mandato britânico deveria findar em 01 de agosto de 1948. Quanto à posição árabe, o *Jornal do Brasil* veiculou notícia da *Reuters*, no dia 02 de dezembro de 1947, enfatizando o protesto do Conselho da Liga Árabe quanto à decisão das Nações Unidas. A reportagem, da *United Press*, afirma no título: “A decisão adotada significa a guerra contra os judeus, afirma o Secretário Geral da Liga Árabe”.

Na edição de 11 de dezembro de 1947 (ed. n° 291), a Grã-Bretanha prometeu “medidas drásticas” para conter a violência entre árabes e judeus (fartamente divulgada pelo periódico entre os dias 02 e 11 de dezembro de 1947). Dois dias após, o jornal anunciou notícia (*Reuters*) a respeito do debate na Câmara dos Comuns, durante o qual “Bevin<sup>8</sup> considera possível a antecipação da retiradas das tropas britânicas”, enquanto o ex-Ministro do Exterior inglês, Anthony Ejem argumentava que “Os árabes iriam perder não só grande extensão que consideravam como sua, como veriam também uma grande maioria árabe em áreas judaicas” (Jornal do Brasil, ed. n° 293, 13/12/1947, p. 7). A Inglaterra começaria a retirada de suas tropas já no dia 16 de dezembro de 1947 (Jornal do Brasil, ed. n° 295, 16/12/1947, p. 7).

Foi dado destaque, pelo *JB*, sobre o atentado terrorista praticado pela *Haganah*, quando foi dinamitado o Hotel Vila Semíramis em Jerusalém, além das ações do grupo *Stern* (*JB*, 06/01/1948). Interessante observar que as agências internacionais, bem como os periódicos aqui analisados tratavam os grupos clandestinos judaicos como organizações terroristas.

Diante do quadro de intenso combate entre árabes e judeus, foi noticiada a proposta do Secretário Geral da ONU, Trygvie Lie, perante a Comissão para a Palestina de criação de uma força de segurança internacional para a região, mas de acordo com a matéria anunciada pela *United Press*, as tropas deveriam ser compostas pela URSS e EUA (dificilmente aprovado pelo Congresso Nacional), já que a Grã-Bretanha não usará suas forças para implementar a partilha (*JB*, ed. n° 07, 09/01/1948, p. 7). Em 16 de janeiro de 1948 e, no dia 21 do mesmo mês, lê-se outra matéria (*UP*) sobre a idéia de estabelecer uma força política internacional, proposta pelo delegado filipino Vicente J. Francisco (da Comissão para a Palestina), perante o Conselho de Segurança da ONU,

---

<sup>8</sup> Ernest Bevin era o Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha.



formada por pequenas nações, ou por tropas dos dois grandes: EUA e URSS.

Quanto aos árabes, o JB havia publicado, em sua edição de 10 de janeiro de 1948 (Reuters), que se opunham ao desembarque de fuzileiros norte-americanos, pois os EUA eram apoiadores da causa sionista. Diante da primeira tentativa árabe de enviar forças para a Palestina, houve o completo rechaço inglês (JB, ed. nº 09, 11/01/1948, p. 7). Já os judeus, representados pelo chefe do departamento político da Agência Judaica, Sr. Moshe Sherlok, solicitavam à ONU armas e recursos financeiros para as milícias judaicas e se posicionavam favoravelmente à presença de forças internacionais que assegurassem a decisão da Assembléia Geral da ONU.

O *Jornal do Brasil* informou seus leitores, através da *United Press*, em 31 de janeiro de 1948, que a Comissão para a Palestina havia aprovado a formação de uma milícia judaica para manter a ordem na Palestina; haveria ainda um exército internacional. Cabe comentar que a AG/ONU aprovara uma milícia árabe e outra, judaica, mas os árabes recusaram-se a participar da Comissão.

No entanto, a milícia judaica não foi autorizada pela Inglaterra segundo o argumento de que o Mandato Britânico não findara e que, portanto, a segurança da região cabia ainda às forças inglesas. Ainda de acordo com o periódico, Londres anunciara a data provável de término do mandato em 15 de maio de 1948 (JB, ed. nº 27, 01/02/1948, p. 7). A Grã-Bretanha foi pressionada pelos EUA a cessar a venda de material bélico aos árabes (o republicano Mason exigia que a Inglaterra cumprisse com as determinações da ONU para fazer jus ao auxílio ofertado pelo Plano Marshall), mas autorizou a entrada da Comissão da ONU para a Palestina no território em conflito, conforme noticia o *Jornal do Brasil* em 13 e 18 de fevereiro de 1948 respectivamente. Desse conjunto de matérias, poder-se-ia deduzir que o comportamento da Grã-Bretanha seria mais favorável aos árabes, mas não é possível afirmá-lo com certeza, pois a política britânica para a Palestina se caracterizou pela dubiedade.

O *Jornal do Brasil*, no dia 13 de fevereiro de 1948, publicou matéria da UP, a qual dizia que: “Circularam rumores de que os interesses petrolíferos norte-americanos estão ansiosos pelo (ILEGÍVEL) das negociações relativamente à partilha da Palestina e à reabertura das consultas entre judeus e árabes neste sentido. Nesta reportagem, o periódico levantou a importante questão petrolífera: o governo dos EUA ver-se-ia

pressionado pelos interesses das companhias de petróleo que não desejavam a partilha, para não contrariar os árabes (*Jornal do Brasil*, ed. n° 35, 13/02/1948, p. 7).

No dia 20 de fevereiro de 1948, torna a aparecer nas páginas do periódico, a questão da criação de uma polícia internacional: os EUA sugeriram um exército fornecido pelas pequenas nações (sem tropas norte-americanas ou soviéticas). A UP analisava as pressões exercidas sobre a Casa Branca: a primeira era o petróleo: as empresas petrolíferas, unidas às forças armadas e a técnicos do Plano Marshall desaconselhavam ir de encontro aos interesses árabes. A chamada “guerra incruenta” (os jornais, saliente-se, ainda não utilizavam, com frequência, o termo Guerra Fria) impedia a presença de tropas russas na Palestina, pois contrariava a Doutrina Truman de contenção do comunismo. Em terceiro lugar, havia o problema da ONU: o organismo temia uma desmoralização mundial se a Resolução 181, já aprovada pela maioria da Assembléia Geral, não fosse implementada. Por fim, o governo norte-americano tinha que lidar com o fator eleitoral dos judeus de Nova Iorque.

Em sua edição n° 45, de 25 de fevereiro de 1948, o *Jornal do Brasil* apresentou a proposta do representante estadunidense nas Nações Unidas: segundo Warren Austin, o Conselho de Segurança deve verificar, em primeiro lugar, se há ameaça à paz, já que esta é a função do CS/ONU atribuída pela Carta do organismo. A Grã-Bretanha se posicionou, dizendo que não aprovaria o uso da força para impor a divisão da Palestina.

Nesse ínterim, os judeus reclamavam da atitude inglesa, a qual, segundo a Agência Judaica, ajudava a penetração clandestina de contingentes e armamentos árabes na Palestina (JB, ed. n° 48, 28/02/1948, p. 7). A relação entre ingleses e judeus se deteriorou rapidamente com atentados contra soldados britânicos e Londres ameaçou o emprego da lei marcial, além de acusar a Agência Judaica de ser “um governo paralelo, extra-oficial sionista”, nos termos da notícia divulgada pela UP (JB, ed. n° 50, 02/03/1948, p. 8).

No dia 06 de março, URSS e EUA solicitam ao Conselho de Segurança da ONU que autorize a formação de um comitê dos 5 grandes<sup>9</sup>, pois segundo o representante russo, Sr. Gromyko, os membros permanentes devem ter “liberdade para consultar-se”,

---

<sup>9</sup> Trata-se dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: EUA, URSS, China, Grã-Bretanha e França.

o que efetivamente acontece, como informado, em 09 de março de 1948 (JB, ed. n° 56, 09/03/1948, p. 7). O Reino Unido esquivou-se de participar, a não ser para dar informações, o que foi interpretado como boicote dos ingleses. Os demais países deveriam tomar decisões sobre força internacional, milícias e governo interino da Comissão para a Palestina (entre 01° de maio e 01° de outubro de 1948). Perguntado, pelos EUA, sobre a prorrogação do fim do mandato, caso árabes e judeus aceitassem algumas modificações do plano, o governo britânico manteve sua decisão de sair da Palestina na data avençada. O *Jornal do Brasil* publicou uma matéria da *Reuters*, no dia 17 de março de 1948, dizendo que EUA, URSS e França concluíram pela existência de ameaça à paz pela constante entrada de árabes na Palestina. A China fez a ressalva de que também havia o ingresso clandestino de judeus.

Importante notícia foi divulgada, em 20 de março de 1948, quando os EUA surpreendentemente retiraram o apoio ao plano de partilha da Palestina, substituindo-o pela fórmula do fideicomisso<sup>10</sup>. Propôs à Assembléia Geral da ONU a tutela provisória deste organismo até o fim do mandato britânico. A URSS foi contra, o Reino Unido não se manifestou e a China e a França votaram junto com os EUA (Jornal do Brasil, ed. n° 66, 20/03/1948, p. 7). Perante a proposta norte-americana, interpretada pelos judeus como uma traição, a Agência Judaica decidiu fundar a república hebraica da Palestina. As Nações Unidas, por meio da Comissão para a Palestina, recomendou a criação de uma força internacional para manter a ordem na Terra Santa, em 14 de abril de 1948, conforme notícia da *Associated Press*, divulgada na edição n° 86, do *Jornal do Brasil*.

Na Palestina, a luta entre árabes e judeus permanecia encarniçada, mas as vitórias judaicas eram bem mais significativas, como o leitor do jornal tomou conhecimento, a respeito da tomada do porto de Haifa, pela Haganah, no dia 23 de abril

---

<sup>10</sup> O fideicomisso, ao qual os jornais da época se referiam, é um instituto do direito das sucessões que, segundo o art. 1951, da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), é assim definido: “Pode o testador instituir herdeiros ou legatários, estabelecendo que, por ocasião de sua morte, a herança ou o legado se transmita ao fiduciário, resolvendo-se o direito deste, por sua morte, a certo tempo ou sob certa condição, em favor de outrem, que se qualifica de fideicomissário”. De acordo com a doutrinadora Maria Helena Diniz, A substituição fideicomissária consiste na instituição de herdeiro ou legatário, designado fiduciário, com a obrigação de, por sua morte, a certo tempo ou sob condição preestabelecida, transmitir a uma outra pessoa, chamada fideicomissário, a herança ou o legado” (DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2001). No caso analisado, tem-se que a herança, corresponderia ao Mandato Britânico, e a Inglaterra seria substituída pela ONU, a qual, ao cabo de determinado período, pela proposta norte-americana, deveria transmitir a soberania da região para os dois estados (judeu e árabe) a serem criados.

de 1948. Dois outros atos de terrorismo, praticados pelas organizações clandestinas judaicas, muito importantes já haviam ocorrido em 09 e 10 de abril de 1948, no qual foram destruídos dois vilarejos, respectivamente, Deir Yassin e Abu Susha. O *Jornal do Brasil* assim noticiou o fato, baseado em reportagem da *United Press*: “Os Árabes bombardearam os subúrbios de Jerusalém: é a primeira vez na história que a cidade santa é atacada com peças de artilharia” (*Jornal do Brasil*, ed. n° 84, 11/04/48, p. 6). O título da matéria anuncia em primeiro lugar a violência árabe, mas somente lendo o inteiro teor é que se percebe a atitude palestina, como uma reação à destruição de Deir Yassin, quando o jornal assevera:

A polícia que visitou a localidade de Der Yassin, nos subúrbios de Jerusalém, onde ontem teve lugar um violento choque entre árabes e judeus, diz que o número de vítimas anunciado pelos judeus “deve ser tomado com um grão de sal”. Diz a polícia que os judeus dominam a aldeia e que apenas uma casa ficou ligeiramente danificada, “não havendo sinas de vítimas”. Por sua vez, os irgunistas insistiram em que as autoridades britânicas estão ocultando deliberadamente o número de vítimas árabes em Der Yassin. Acrescentou que amanhã serão entregues à Cruz Vermelha 100 cadáveres, metade deles são mulheres e crianças, de acordo com o convênio feito com essa organização (ed. 84, 11/04/48, p. 6).

Com o agravamento da situação, o Comitê Político e de Segurança, da AG/ONU, estudava possíveis medidas para proteger a capital, Jerusalém (JB, ed. n° 95, 24/04/48, p. 7), enquanto o emir Abdullah, da Transjordânia, assumia o comando árabe para invadir a Terra Santa em 01° de maio (JB, ed. n° 97, 27/04/48, p. 7). Em 28 de abril, havia breve nota que não confirmava a invasão árabe da Palestina e também informava sobre a fusão entre as forças da *Haganah* e da *Irgun*. Retornando às Nações Unidas, o periódico divulgou uma notícia, da AP, de que fracassaram as negociações para a criação de uma força internacional (JB, ed. n° 100, 30/04/48, p. 7), bem como a trégua entre judeus e árabes.

Em 04 de maio de 1948, o Reino Unido enviou novo contingente de tropas para a Terra Santa e o Ministro para as Colônias, Sr. Creech Jones, sugeriu à Assembléia Geral da ONU a criação de uma autoridade neutra de emergência para após o fim do mandato (JB, ed. n° 102, 04/05/48, p. 7). No dia 07 de maio (UP), os países árabes abandonaram a conferência que realizavam em Damasco sobre armistício ou fideicomisso (proposta dos EUA) e o emir Abdullah mandou seu ministro retornar à Amã, conforme publicou o JB.

O jornal divulgou uma notícia da *Associated Press*, em 08/05/1948, pela qual informava que a Inglaterra não forneceria ninguém para o cargo de Prefeito de Jerusalém, desagradando os EUA. Na mesma edição nº 106, o *Jornal do Brasil* lançou uma nota da Reuters, afirmando que o delegado do Líbano na ONU, Camille Chamoun declarou que seria um “grande erro deixar o perigo comunista invadir o Oriente Médio sob a capa do sionismo”.

Finalmente, a questão de Jerusalém foi decidida através da negociação de cessar-fogo (JB, ed. nº 107, 09/05/1948, p. 7). No entanto, em relação ao resto do país, a guerra se intensificou, pois o “Senado do Egito aprovou, por unanimidade, a política do governo de intervir militarmente na Terra Santa, juntamente com os demais Estados árabes“, consoante edição de 11 de maio, nº 108. O *Jornal do Brasil* ainda divulgou, no mesmo dia, que o porta-voz da Liga Árabe havia anunciado o nome do General Baja Noureldin Mamou (comandante da 1ª Divisão de Exército do Iraque), como comandante do Exército Árabe de Libertação. Três dias após, o Alto Comissário Britânico, Sr. Cunningham abandonou Jerusalém, com suas últimas tropas, oferecendo-se a Inglaterra, como mediadora entre árabes e judeus.

Finalmente o *Jornal do Brasil* deu grande relevo, em 15 de maio de 1948, na sua primeira página à criação de Israel, publicando a manchete: “Os EUA reconheceram o novo Estado Judaico da Palestina: a Grã-Bretanha, no entanto, declara que não reconhecerá ainda o novo Governo judaico“. Na mesma edição nº 112, à página 8, o JB, informou: “Proclamada a República de Israel“, e na página anterior dizia que “Ben Gurion, judeu polonês, será o primeiro presidente da nova república sionista, acumulando essas funções com as de Ministro de Defesa”.

### 3.1.2 - *Correio da Manhã*:

O *Correio da Manhã* teve 96 dias de publicações sobre o tema aqui analisado. Como nos dois outros periódicos pesquisados, foram selecionadas algumas notícias das agências *Associated Press*, *Reuters*, *United Press* e *France Presse*. As matérias apresentadas pelo *Correio da Manhã* são menos extensas que as do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de São Paulo*.

De acordo com o *Correio da Manhã*, a “URSS se contrapõe às reservas impostas pela Inglaterra à ONU” (*Correio da Manhã*, ed. n° 277, 25/11/1947, p. 1), embora o jornal não explicita aos leitores quais são essas reservas. O mesmo periódico, na edição n° 259, de 04 de novembro de 1947, na primeira página, já havia comunicado, quais eram os termos propostos pelos soviéticos para resolução da questão palestina na sessão secreta do Subcomitê sobre a Divisão da Palestina: definia a data de 1° de janeiro de 1948 para o fim do Mandato Britânico; em 1° de maio, saíam as tropas britânicas. A Palestina seria dividida em dois estados (judeu e árabe), mas ficaria, durante um ano, com um governo provisório sob o Conselho Segurança da ONU. A tônica era que o processo de partilha seria conduzido pelo Conselho Segurança da ONU. De plano, discordaram os árabes, porque não aceitavam dividir a Palestina e os EUA, os quais queriam uma comissão formada só por três membros para administrar provisoriamente a Palestina.

O *Correio da Manhã*, de 29 de novembro de 1947, em sua edição n° 281, tratando da sessão da Assembléia-Geral da ONU que decidiu adiar a votação para o dia seguinte, cita o brasileiro Oswaldo Aranha: “pensa que vencerá a proposta de partilha da Terra Santa: a favor seriam França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda; abstenções: Argentina, Filipinas e votos decisivos da Nicarágua e de Honduras” e informa que o Haiti e o Paraguai eram favoráveis à divisão, enquanto a Colômbia pedia mais tempo para conciliação de interesses árabes e judeus.

Em sua edição n° 282, de 30 de novembro de 1947, publicou a votação da ONU partilhando a Palestina em dois estados judeu e árabe. O jornal também explicou ao leitor que a “França pede para adiar a decisão por 24 h”, o que, de fato, aconteceu. A manchete de primeira página do periódico foi “A Palestina será dividida”, seguida da

declaração do Secretário Geral da Liga Árabe, Abdul Rhaman Azzam Pashá, cujos termos seguem: “a divisão significa guerra. Todas as nações árabes representadas na ONU informaram que não aceitarão a partilha da Terra Santa” (*Correio da Manhã*, ed. nº 282, 30/11/1947, p. 1).

O periódico divulgava, a respeito da posição árabe, que: Camille Chamoun (representante do Líbano) apresentou a proposta de um Estado independente até 01 de agosto de 1948, com dois governos regionais (judeu e árabe), uma Assembléia Constituinte. Mas o delegado dos EUA, Herschel Johnson, recusou-a e propôs a imediata votação do plano soviético-americano.

Na realidade, os árabes já haviam advertido a ONU, antes da aprovação da partilha da Palestina, que a região mergulharia em uma violenta guerra caso as Nações Unidas decidissem favoravelmente à divisão. De acordo com o *Correio da Manhã*, “Heykal Pasha adverte o mundo para um possível ‘banho de sangue judeu’ se houver a partilha da Palestina” e na mesma edição, o jornal publicou matéria em que o representante do Paquistão, Zafrullah Khan colocava quatro perguntas à ONU, cujas respostas deveriam ser negativas: “É esta solução legalmente permissível? Será aplicável na prática? Será justa e honesta? Resolverá o problema? Onde está a autorização da Carta da ONU para fazer o que quer o Subcomitê fazer?” (*Correio da Manhã*, ed. nº 277, 25/11/1947, p. 1).

Além dos questionamentos feitos à ONU, o mapa da partilha (como se pode analisar na página seguinte), publicado pelo *Correio da Manhã*, explica parcialmente a revolta árabe, tendo em vista não tanto a diferença de terra atribuída entre árabes e judeus, mas sobretudo o fato de que o futuro estado palestino seria formado por um território descontínuo. É bastante interessante analisar as mudanças de propostas, quanto à divisão da Palestina, que refletem o avanço das negociações da Agência Judaica com as potências ocidentais, resultando em uma fórmula elaborada, sob os auspícios da União Soviética e dos Estados Unidos da América, que é o plano UNSCOP.



Correio da Manhã, ed. n° 16.283, 02/12/1947, p. 1

Finalmente o mesmo periódico revelava a posição dos países árabes decidindo a respeito da guerra aos judeus: 1) garantir o fornecimento de recursos e armas para a guerrilha; 2) embora sem definições econômicas, os países árabes deveriam estudar sobre a possibilidade de barganhar através do petróleo e de boicotar os países favoráveis aos judeus; 3) o libanês Faouzi Kaokji e o iraquiano Taha el Hachimi foram escolhidos os líderes militares; 4) o reconhecimento da necessidade de 3 milhões de libras para formação do fundo de guerra; 5) acordada a criação do Comitê Especial da Liga Árabe para Orçamento; 6) a vigilância das fronteiras dos países árabes para não haver contato com sionistas; 7) os exércitos árabes não intervirão antes da saída das tropas britânicas (*Correio da Manhã*, ed. n° 297, 18/12/1947, p. 1)

Em relação ao papel desempenhado pelo Brasil, o periódico publicou pequena nota, no dia 03 de dezembro de 1947, afirmando que “Polônia, EUA, Argentina e Secretário Geral ONU agradeceram ao Itamaraty o desempenho do Presidente da Assembléia-Geral da ONU, Emb. Oswaldo Aranha” (*Correio da Manhã*, ed. n° 284, 03/12/1947). Por fim, transcreve-se abaixo, trecho de homenagem que o chefe da delegação brasileira na ONU recebeu do colega norte-americano:

“O projeto de partilha da Terra Santa: o representante do Brasil na Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, Sr. Sousa Costa, anunciou hoje que a delegação brasileira votará a favor da partilha da Palestina (...). A votação final do projeto foi adiada para a sessão de amanhã”.



“Homenagem ao Sr. Osvaldo Aranha: após a votação pela Assembléia Geral do plano de partilha da Palestina, o Sr. Warren Austin, senador norte-americano, e representante desse país na Assembléia Geral, fez caloroso elogio ao Sr. Osvaldo Aranha, presidente da Assembléia Geral da ONU e delegado do Brasil junto às Nações Unidas, dizendo: ‘Sr. Osvaldo Aranha, Elevastes o nome e a glória do Brasil assás (sic) alto e acrescentastes nova estatura aos vossos méritos de homem público, aumentando a vossa influência no mundo, pela maneira que dirigistes este grande barco, que é a ONU, através das tempestades e dos grandes vagalhões das emoções, evitando os escolhos parlamentares da desobediência e da desordem. Fizestes tudo isso com a mesma amenidade que todos conhecemos e com uma expressão de bondade que vos anima em todas as relações com o mundo. Temos em vós um dos nossos melhores e mais encantadores amigos”.

O Sr. José Arce, representante da Argentina, associou-se às homenagens prestadas ao dr. Osvaldo Aranha (*Correio da Manhã*, ed. nº 252, 30/11/1947, p. 1).

Embora a posição judaica tenha sido de júbilo pela aprovação da partilha da Palestina, a violência contra a administração britânica permaneceu, já que se tornava muito difícil para os judeus aceitarem a continuidade do Mandato Britânico. Foi o que se verificou com os ataques de organizações, como *Irgun*, *Stern* e *Haganah*, contra soldados ingleses no dia 23 de dezembro de 1947, quando foi noticiado na edição nº 301 do *CM*, que “dois militares britânicos foram alvo de atentados, ao que se afirma, da *Irgun*”(CM, ed. nº 301, 23/12/1947, p. 1). Quanto a atentados a civis, pode-se encontrar no *Correio da Manhã* a seguinte notícia do dia 06 de janeiro de 1948, quando os judeus jogaram bombas em um hotel de Jerusalém: “Violentos atentados na Palestina: Os judeus dinamitaram Hotel Vila Semíramis” (*Correio da Manhã*, ed. nº 311, 06/01/1948, p. 1).

Contudo, não se deve imaginar que a agressão tenha partido apenas das organizações clandestinas judaicas. Ao contrário, o *Correio da Manhã* deu grande cobertura às notícias que relatavam as explosões de violência árabe. Assim, logo após o término da greve geral árabe de três dias, na Palestina, a notícia do dia 06 de dezembro de 1947, foi a onda de violência árabe contra “as propriedades e pessoas judias”, revelando que a agressão era mútua. Nas edições dos dias 09, 11 e 14 de dezembro, há fartos exemplos do conflito entre árabes e judeus.

A questão da compra de terras pela Agência Judaica foi divulgada apenas pelo *Correio da Manhã* e somente em uma ocasião, mas é possível antever a articulação do movimento sionista a fim de adquirir terras palestinas, lendo a seguinte matéria sobre a contribuição financeira dos judeus norte-americanos (especialmente de Eliezer Kaplan,

Agência Judaica para a Palestina, Jerusalém): “283.156.000 dólares para compra de terras, desenvolvimento urbano e agricultura, assentamento de colonos imigrantes judeus, educação e cultura” (*Correio da Manhã*, ed. nº 293, 13/12/1947, p. 1).

Relativamente ao posicionamento de Londres, o *Correio da Manhã* divulgou a definição da data do fim do Mandato Britânico: “as tropas britânicas deixarão a Palestina em agosto de 1948” (*Correio da Manhã*, ed. nº 292, 12/12/1947, p. 1) e, conforme declaração de Gresh Jones, ministro das Colônias na Câmara dos Comuns, “O fim do Mandato Britânico será em 15 de maio de 1948” (*Correio da Manhã*, ed. nº 292, 12/12/1947, p. 1).

Tanto o confronto entre os EUA e a URSS, como a questão petrolífera estão bem delineados pelo jornal *Correio da Manhã*: nas edições nº 284, 286 e 341, correspondentes respectivamente às datas de 03, 05 e 12 de dezembro de 1947, são divulgadas notícias que refletem o início da Guerra Fria: na primeira matéria, o periódico diz que os EUA temiam que a Grã-Bretanha não cooperasse com as Nações Unidas, porque isto poderia levar a uma presença soviética mais próxima ao Canal de Suez e a uma pequena distância das concessões petrolíferas norte-americanas na Arábia Saudita. No dia 05 de dezembro, publicou-se que os EUA não queriam a presença soviética no Oriente Médio e, por isso temiam um eventual envio das forças inimigas para a Palestina, pois isto obrigaria ao desembarque de tropas norte-americanas para a região. A questão do petróleo e também do apoio à causa judaica estão presentes na edição do dia 12 de dezembro de 1947, quando o *Correio da Manhã* divulgou que os assessores de Truman assumiam duas posições divergentes: a primeira de apoio à partilha da Palestina, a fim de não perder votos judeus nas eleições subsequentes e a segunda, contrária à divisão, porque desejavam garantir o petróleo do Oriente Médio.

A matéria do *Correio da Manhã*, de 17 de janeiro de 1948, na edição nº 321, sugere o apoio que os EUA teriam dado ao movimento sionista, ao dizer que “Hillel Silver, membro da Agência Judaica e vice-presidente da Organização Sionista Americana, mantém contatos com autoridades dos EUA, enquanto Dr. Weizmann entabula conversações com políticos da Grã-Bretanha, a fim de tratar do fornecimento de armas, da constituição de um exército e de um governo provisório judeus”. A posição judaica era favorável à manutenção de uma força internacional de segurança para ajudar a ONU na divisão da Palestina.

No tocante às negociações nas Nações Unidas, diante do agravamento dos conflitos, no dia 31 de janeiro de 1948, publicou-se que a “Comissão da ONU para a Palestina acordou em tratar da formação de uma milícia judia na Palestina, para manter a ordem na região, mesmo antes de findado o Mandato Britânico”. O jornal continuava a matéria dizendo que o delegado filipino da citada Comissão, Vicente J. Francisco manteve conversações com a Grã-Bretanha e com a Agência Judaica (deveria fornecer de 30 a 35 mil homens), com o intuito de formar o Exército Internacional para a Palestina, pois a Assembléia Geral da ONU, ao criar os dois Estados, permitiu que houvesse uma milícia de cada parte (judia e árabe), mas os árabes rejeitaram qualquer participação na Comissão (*Correio da Manhã*, Ed. n° 333, 31/01/1948, p. 1).

A rejeição árabe de participar da Comissão e de aproveitar os poucos espaços abertos para a negociação talvez mostre um erro de cálculo por parte dos países árabes: era bastante claro – e a consulta aos jornais da época o confirma – que o plano de partilha seria aprovado, uma vez que os Estados Unidos e a União Soviética assim haviam acordado. O *Correio da Manhã*, no dia 12 de fevereiro de 1948, publicou uma declaração dada pelo representante da Síria, Faris El-Khour, para quem “A Resolução 181 não é legítima porque a Comissão dos 5 não foi eleita por sufrágio secreto; a Resolução teve caráter de recomendação e nenhum dos membros da Assembléia-Geral a aprovou ou ratificou segundo seu direito interno” (*Correio da Manhã*, ed. n° 341, 12/02/1948, p. 1). Esta declaração demonstrava a intransigência das lideranças árabes quanto à qualquer proposição de partilha da Terra Santa.

Em 17 de fevereiro de 1948, a Comissão da ONU para a Palestina solicitava urgentemente que o Conselho de Segurança autorizasse a formação de um exército internacional para garantir a concretização dos termos da Resolução 181. Uma semana mais tarde, o representante dos Estados Unidos na ONU, Warren Austin discursou sobre a política de seu país para a Palestina e afirmou que o Conselho de Segurança deveria iniciar as tratativas com árabes, judeus, a Comissão para a Palestina e a Grã-Bretanha, a fim de se encontrar uma solução comum (*CM*, ed. n° 352, 24/02/1948, p. 1). O aceno estadunidense de um acordo entre as partes interessadas não sensibilizou os líderes dos países árabes, pois segundo matéria da Reuters, divulgada pelo *Correio da Manhã*, em 27 de fevereiro de 1948, “seriam canceladas as concessões petrolíferas se continuasse a pressão em favor da partilha da Palestina”. Dois dias depois, a Grã-Bretanha declarou

que reconheceria o governo da Comissão para a Palestina depois de 15 de maio de 1948, e o título da matéria tentou antecipar uma realidade que não se concretizou, ao dizer que “A ONU governará a Palestina depois de 15 de maio próximo” (CM, ed. n° 356, 29/02/1948, p. 1).

O mês de março iniciou com uma matéria sobre a recusa dos cristãos a compartilhar a decisão da ONU de dividir a Terra Santa que, no jornal *O Estado de São Paulo* foi divulgado como pequena nota, mas que no *Correio da Manhã* mereceu uma página inteira (CM, ed. n° 357, 02/03/1948, p. 1). Em 10 de março de 1948, foi publicado que o “Conselho de Segurança pode fazer cumprir a partilha da Palestina”, explicando o jornal que o parecer jurídico das Nações Unidas autoriza o Conselho de Segurança, em caso de grave ameaça à paz, a tomar providências incluindo o envio de tropas para a zona em conflito. No entanto, a Comissão para a Palestina não possui a mesma prerrogativa. Mas o CS/ONU, em 17 de março de 1948, entendeu que o caso da Terra Santa se enquadrava na hipótese de ameaça à paz mundial.

Surpreendentemente, há uma reviravolta da posição norte-americana, no dia 20 de março de 1948, quando o *Correio da Manhã* divulgou:

“Posta de lado a partilha da Palestina – teatral desistência dos Estados Unidos – só a Rússia insiste. O caso da Palestina entrou teatralmente, em nova fase. Com efeito, ao que noticia a *Reuters*, a delegação norte-americana na ONU anunciou oficialmente que foi retirado o apoio dos Estados Unidos à partilha da Palestina, aprovado pela Assembléia Geral, e propôs uma curadoria provisória para toda a Palestina” (*Correio da Manhã*, ed. n° A16873, 20/03/1948, p. 1).

Os EUA substituíram a proposta de partilha pela tutela da Palestina pela ONU, tendo em vista que não é possível realizar a partilha de modo pacífico, conforme entendimento do delegado dos EUA na ONU, Sr. Austin, não tendo sido, contudo, acompanhado pela URSS, nem pelo Secretário Geral das Nações Unidas. Trygvie Lie disse que essa proposta já havia sido aventada anteriormente, mas fora abandonada em virtude do reconhecimento de que o fideicomisso não seria aceito, nem por árabes, nem por judeus. Já a França e a China concordaram com o plano norte-americano.

No dia 02 de abril de 1948, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a moção dos EUA para convocar extraordinariamente uma sessão da Assembléia Geral, a fim de estudar o envio de tropas internacionais para a Palestina, bem como propor uma trégua. Efetivamente a AG/ONU se reuniu em 17 de abril daquele ano, conforme publicou o

*Correio da Manhã*, em sua edição nº 895.

Sem embargo, é flagrante o descompasso entre as diversas sugestões apresentadas e as várias discussões por elas suscitadas no seio das Nações Unidas e a velocidade com que degradou a situação na Palestina, iniciando a guerra entre árabes e judeus. Durante a reunião da Assembléia Geral, as pequenas nações criticaram a postura norte-americana de retirar o apoio à Resolução 181, porque significou um desprestígio às decisões tomadas pelas Nações Unidas (*CM*, ed. nº 898, 21/04/1948, p. 1).

A partir da tomada judaica da cidade de Haifa (com a conseqüente expulsão dos residentes árabes), os debates da ONU se tornaram inócuos diante do conflito deflagrado, como informou o *Correio da Manhã*, em sua edição nº 900, de 23 de abril de 1948, p. 1. No dia 30 de abril de 1948, há novo desembarque de tropas britânicas na Palestina e se formula a trégua em Jerusalém com base nas negociações entre a Agência Judaica e o Alto Comitê Árabe.

Apesar da aparente calma reinante na capital palestina, nos dias 05 e 06 de maio de 1948, a tensão da guerra estava presente nas reportagens divulgadas pelo *Correio da Manhã*. No dia 12 de maio de 1948, há uma irônica charge, a respeito da posição titubeante das Nações Unidas que já haviam aceitado o fim do Mandato Britânico para o dia 15 de maio, mas ainda continuavam a discutir sobre a prorrogação do mandato, sob a forma da tutela da ONU, mas contando com a cooperação inglesa.



Correio da Manhã, ed. nº 16915, 12/05/1948, p. 1

No dia seguinte, o *Correio da Manhã*, em sua edição nº 916, mostrou uma notícia sobre a Legião Árabe pronta para lutar na Palestina sob o comando do emir Abdullah, da Transjordânia. O *Correio da Manhã* noticiou a fundação do Estado de Israel, na sua edição nº 16918, de 15 de maio de 1948, em sua primeira página, da seguinte forma: "Proclamado o estado de Israel – O presidente Truman declara que os Estados Unidos reconheceram o governo provisório", findando assim o Mandato Britânico e dando início à primeira guerra árabe-israelense.

### 3.1.3 - *O Estado de São Paulo (ESP)*:

*O Estado de São Paulo* dedicou boa parte de seu noticiário internacional ao problema da criação da partilha da Palestina, pois há 93 dias, entre 29 de novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, de publicações sobre o assunto. As principais agências internacionais utilizadas pelo *ESP* foram *United Press*, com 41 das notícias selecionadas, a *Reuters*, que forneceu 42 matérias e a *France Presse*, contribuindo com 40 notas informativas, o que demonstra maior equilíbrio da amostragem das notícias escolhidas para exame. Dado interessante é que *O Estado de São Paulo*, da mesma forma que o *Correio da Manhã*, publicava as notícias internacionais em sua primeira página, o que poderia levar à interpretação de que este periódico valorizava as notícias internacionais.

*O Estado de São Paulo* publicou, na primeira página, do dia 30 de novembro de 1947, na edição nº 252, p. 1: “As Nações Unidas decidiram ontem a partilha da Palestina”. O representante do Canadá na ONU, favorável à partilha, conseguiu reverter o voto das Filipinas e da Grécia, garantindo a aprovação da partilha, segundo o *ESP*. Logo após a aprovação da Resolução 181, o jornal divulgava, através da *UP* e da *Reuters*: “Inicia-se a reação dos árabes contra a partilha da Palestina” (*O Estado de São Paulo*, ed. nº 253, 02/12/1947), dando destaque à posição do Egito que considerou nula a resolução da ONU e à declaração de apelo ao Tribunal Internacional de Justiça<sup>11</sup>.

A reação judaica foi mostrada pelo jornal, em 04 de dezembro de 1947, com matérias da *Reuters*, *UP* e *AFP*, ao relatar o discurso de Ben Gurion (Presidente do Executivo da Agência Judaica) sobre o destino de mais de um milhão de judeus deslocados, cuja imigração para a Palestina era aguardada para o fim do Mandato Britânico. Dois dias após, em sua edição nº 257, o jornal narrou o fim da greve de três dias que havia sido decretada pelos árabes, bem como a convocação da defesa da Terra Santa que o Grão-mufti do Iraque, Sayid Alatta fez aos muçulmanos. No mesmo dia 06 de dezembro de 1947, o *ESP* noticiou que o Congresso Popular Árabe no Cairo decidiu não levar em consideração a decisão da ONU.

---

<sup>11</sup> Incidentalmente informa-se que os cristãos da Palestina se posicionaram contra a divisão da Terra Santa ficando, pois, ao lado dos árabes (*ESP*, ed. nº 330 , 04/03/1948, p. 1).

As agências internacionais, no dia 09 de dezembro de 1947, divulgaram e o *ESP* publicou que a Agência Judaica começava o recrutamento de judeus de 17 a 25 anos e que a retirada das forças britânicas não mais ocorreria a partir do dia 15 de dezembro daquele ano (*ESP*, ed. n° 259, 09/12/1947, p. 16).

Após o anúncio, em 10 de dezembro de 1947, da derrota árabe entre Tel Aviv e Jaffa, *O ESP* publicou no dia seguinte a notícia, não localizada nos outros jornais, que combatentes da última guerra (soldados norte-americanos, ingleses e alemães) desejavam lutar na Palestina (*ESP*, ed. n° 261, 11/12/1947, p. 1). Na mesma edição, *O Estado de São Paulo* alertava para a provável denúncia de acordos petrolíferos pelos países árabes, prejudicando interesses ingleses e norte-americanos. Em 14 de dezembro de 1947, o problema das companhias petrolíferas reapareceu no jornal em sua edição n° 264, quando o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, declarou: “Meu governo protegerá e sustentará as operações das companhias petrolíferas e de outras empresas, independentemente do que venha a acontecer na Palestina” e sobre a União Soviética, disse que este país apoiou o “o plano de partilha com o único objetivo de introduzir uma cunha entre o mundo árabe e os EUA”.

Em relação ao posicionamento dos judeus, o periódico publicou que o Presidente do Conselho Nacional Judaico revelara que o primeiro governo provisório do Estado Independente Judaico seria constituído na Palestina em março ou abril do ano seguinte, demarcando a diferença de ritmo entre as ações da ONU e da Agência Judaica (*ESP*, ed.º 272, 24/12/1947, p. 1). Com efeito, enquanto, no dia 03 de março de 1948, foi anunciada a criação de um conselho provisório do governo de estado judaico na Palestina, a ONU permanecia indecisa entre diferentes propostas.

A respeito da postura da Grã-Bretanha, o *ESP* tornou público, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1947, que o Ministro das Colônias, Sr. Creech Jones, defendera a neutralidade do governo britânico na decisão da ONU para não pressionar a Assembléia Geral. As notícias divulgadas sobre os discursos de Ernest Bevin e de Anthony Eden (antigo chanceler britânico), na Câmara dos Comuns, transpareciam a posição de Londres contra a intromissão de potências estrangeiras no processo de negociação entre árabes e judeus que a Grã-Bretanha estaria tentando conduzir.

No fim do mês de janeiro, com o agravamento das tensões na Palestina, os



ingleses dinamitaram uma ponte na fronteira da Síria, a fim de evitar a infiltração de árabes combatentes e, em 22 de janeiro de 1948, uma notícia da *Reuters*, publicada à página 2, dizia que as “As tropas inglesas serão retiradas parceladamente da Terra Santa”. Contudo poucos dias depois se observa, pelo noticiário internacional, a reviravolta na política britânica, pois em 01 de fevereiro de 1948, o título da matéria do *ESP* não deixava dúvidas: “Chegada de tropas britânicas ao território da Palestina” (*ESP*, ed. n° 304, p. 48) e, no dia 20 daquele mês, o governo britânico exigia a retirada da Legião Árabe dos territórios palestinos.

Quanto à violência das organizações clandestinas judaicas contra as tropas britânicas, foi dado destaque no dia 05 de janeiro de 1948, quando o *ESP* publicou matéria da *Reuters*, a qual levantava a possibilidade de o Reino Unido impor a lei marcial na Palestina para conter os fortes distúrbios. Ainda sobre a atuação dos judeus, havia uma declaração do membro executivo da Agência Judaica, Prof. Brodetaki, publicada pelo *ESP*, cuja fonte era a *France Presse*, segundo o qual os judeus estavam decididos a ter o seu estado e queriam fazer do estado judeu um modelo de equidade para todos os habitantes, elevando o nível de vida dos árabes. Em 18 de fevereiro de 1948, na página 18, o *ESP* divulgou a notícia de que estava em formação o governo provisório judaico, composto de três partidos: o Trabalhista, o Democrático e o Ortodoxo.

Sobre a polêmica questão do financiamento de armas para judeus e árabes, percebe-se a quase ausência de notícias sobre o assunto, à exceção da nota publicada, em 13 de janeiro de 1948, quando um intermediário da compra de explosivos, destinados aos judeus, prestou esclarecimentos no Departamento de Segurança Geral norte-americano (*ESP*, ed. n° 287, 13/01/1948, p. 18).

Quanto à posição dos países árabes, na edição n° 264, de 16 de dezembro de 1947, à página 22, o leitor é informado sobre os ataques da Legião Árabe contra os judeus e acrescentava que: “A Legião Árabe é um exército de alguns milhares de soldados da Transjordânia, cedido aos britânicos para exercer o serviço de vigilância na Palestina”, de acordo com as notícias emitidas pela *Reuters*, *United Press* e *France Presse*. No dia seguinte, o *ESP* noticiou que o Egito contribuiria com quase meio milhão de libras para o financiamento das operações militares e que o Secretário Geral da Liga Árabe, Azzam Pasha, havia desmentido o rumor de um acordo entre árabes e

ingleses.

Ainda no tocante às nações do Crescente, foi veiculada, no *ESP*, a seguinte matéria (da *France Presse*) no dia 03 de fevereiro de 1948, na página 2: o Conselho Superior Árabe denunciava que o sionismo era um aliado do comunismo e que os sionistas haviam estabelecido um acordo secreto com a URSS. Ainda de acordo com o posicionamento dos árabes, até 1946, a URSS considerava o sionismo, como instrumento do imperialismo britânico, mas o terrorismo judeu contra os britânicos conquistara as simpatias russas (inclusive com a instalação de departamento da Agência Judaica em Moscou), havendo 133 aglomerações judaicas na Palestina seguidoras dos princípios comunistas.

Ademais, diziam os países árabes que a Federação Judaica do Trabalho era de extrema esquerda e que a Agência Judaica organizava células comunistas na Palestina, tendo, portanto, os Sionistas apoiado a URSS no plano de divisão da Palestina. Por isso, entende-se que, a 16 de março, a despeito do convite feito ao delegado árabe, Nakhleh, a participar dos debates dos Quatro<sup>12</sup> Grandes sobre a trégua na Terra Santa, o Alto Conselho Árabe da Palestina disse que não debateria a divisão da Palestina.

Em 07 de fevereiro de 1948, na página 16, *O Estado de São Paulo* deixava o leitor saber que os árabes também dirigiam críticas a Washington, pois havia recorrido à “chantagem política” e à “interferência e pressão flagrantes” sobre vários delegados da ONU para aprovar a divisão da Palestina. Por essas razões, o Supremo Conselho Árabe rejeitou o convite da Comissão da ONU para a Palestina para enviar delegado, a fim de participar das discussões. No dia seguinte, conforme notícia da *AFP*, o Conselho da Liga Árabe<sup>13</sup> sugeriu a organização de um governo árabe para a Palestina, bem como decidiu sobre a organização do exército de libertação da Palestina (*ESP*, ed. n° 311, 10/02/1947).

A data de 13 de fevereiro de 1948 foi bastante significativa para a compreensão da hesitação norte-americana ao longo do processo de criação de Israel, porque a notícia

---

<sup>12</sup> A URSS insistiu na partilha e não quis participar de alguns debates com propostas norte-americanas que não levassem à efetiva divisão da Palestina.

<sup>13</sup> Síria, Egito, Iraque, Arábia Saudita, Transjordânia e Iêmen compunham a Liga Árabe que desejava agregar a Palestina, como estado árabe independente.

sobre a pressão das companhias de petróleo (*Arabian-American Oil Company, Standard Oil e Socony Vacuum*) dava conta do dilema da Casa Branca, que devia levar em conta também os votos dos 5 milhões de judeus norte-americanos. Em 27 de fevereiro de 1948, um porta-voz da Agência Árabe declarou que se os EUA continuassem com a divisão da Palestina, seriam canceladas as concessões às empresas petrolíferas.

Os movimentos das Nações Unidas eram acompanhados de perto pelo periódico e na data de 19 de dezembro de 1947, foi anunciada a “primeira reunião da Comissão das Nações Unidas para a Palestina” marcada para 07 de janeiro de 1948 (*ESP*, ed. n° 268, 19/12/1947, p. 1), enquanto, em 10 de janeiro de 1948, o *ESP* tornou pública a notícia da *UP* sobre a reunião da Comissão da ONU para a Palestina, durante a qual se discutiu a possível criação de uma força internacional e ocasião em que os EUA manifestaram interesse em mandar um contingente de fuzileiros navais para a Terra Santa.

Quanto ao papel das Nações Unidas, percebem-se da leitura do periódico as constantes idas e vindas do organismo, bem como a lentidão na tomada de decisões. Em fevereiro, a Comissão da ONU para a Palestina pediu para a Grã-Bretanha uma autorização para tomar as disposições para formar as milícias judia e árabe (zonas de acantonamento, recrutamento, instrução de recrutas, equipamento), sem, contudo, conseguir tomar uma decisão definitiva sobre a formação de um exército internacional que assegurasse o fim dos combates entre árabes e judeus. Em 18 de fevereiro de 1948, o *ESP* publicou uma notícia sobre a participação de contingentes de pequenas nações, como as da América Latina, para formar o exército internacional na Palestina, desde que houvesse autorização do Conselho de Segurança.

Os EUA, diante do exame da questão palestina pelo Conselho de Segurança, se posicionaram da seguinte maneira: os cinco membros permanentes deveriam ver se havia ameaça à paz mundial; em caso positivo, caberia ao CS/ONU fazer recomendações ou medidas provisórias (arts. 40, 41 e 42 da Carta da ONU), mas sempre consultando a Grã-Bretanha, a qual já havia dito que não enviaria tropas para a Palestina após o fim do Mandato Britânico (*ESP*, ed. n° 323, 25/02/1948, p. 1).

Retomando as negociações, o CS/ONU decidiu formar uma Comissão de 5 grandes para analisar a questão palestina, conforme noticiou o jornal, através da *AFP*,

em 09 de março de 1948, a fim de verificar se existe ameaça à paz internacional. Dois dias depois, os juristas da ONU definiram que o Conselho de Segurança só poderia dar instruções sobre o plano de partilha, porque sua função era apenas a de agir em caso de ameaça à paz. Ainda, segundo o entendimento jurídico, a Comissão da Palestina (ONU) não poderia recrutar forças internacionais, mas o CS/ONU, sim, em caso de ameaça à paz.

Toma-se conhecimento que o CS/ONU reconheceu que a situação palestina era ameaça à paz internacional<sup>14</sup>, no dia 17 de março de 1948. Diante da aprovação pelo Conselho de Segurança de que o caso palestino ameaçava a paz mundial e, portanto, tendo a possibilidade de intervir com exército internacional, o Secretário da Liga Árabe, Abdul Rahman Azzam Pachá declarou “nenhum país árabe intervirá pela força na Palestina, enquanto não houver intervenção de outra potência”. Mais adiante o líder árabe afirmou que “(...) problema da Palestina é de caráter puramente local, e não suscetível de ameaçar a paz mundial” (*ESP*, ed. n° 343, 19/3/1948, p. 1).

Em 21 de março de 1948, os EUA retiraram o apoio ao plano de partilha, substituindo-o pela fórmula de fideicomisso para a ONU, mas a Grã-Bretanha manteve a disposição de findar o mandato. A Casa Branca explicou que “tutela não é para substituir a partilha, mas para evitar ‘vácuo’ após o Mandato Britânico (*ESP*, ed. n° 26/03/1948, p. 14). É interessante observar a notícia da *France Presse*, publicada em 13 de maio, sobre a rápida mudança da estratégia norte-americana: a avaliação é que a nomeação do major-general John Hilldring, para o cargo de Assessor Especial para a Palestina, do Secretário de Estado, o qual defendeu, desde o início, a criação de um lar nacional para os judeus.

A Agência Judaica, perante a virada da postura de Washington, se apressou em proclamar proximamente a fundação da República Judaica na Palestina. Os cinco pontos do novo Estado judaico exigiam: 1. Oposição ao retardo da criação do estado judeu; 2. Recusa ao fideicomisso; 3. Reconhecimento imediato pela ONU do governo provisório judeu. 4. Início do governo provisório judaico a partir de 16 de maio em cooperação com a ONU. 5. Extensão da paz aos árabes.

---

<sup>14</sup> De acordo com o jornal editado em 17 de março, a China fez uma ressalva: perturbação à paz não só pelos árabes, mas também pela entrada de clandestinos judeus e pela entrada de armas.

Ainda sobre a proposta de tutela, oferecida pela Casa Branca, o grupo judaico *Stern* definiu as posições dos principais atores envolvidos: os EUA desejavam a expansão econômica na região, a Grã-Bretanha tinha a intenção de “organizar o caos para nova penhora da Palestina” e a URSS pretendia afastar as forças imperialistas da região e declarar estados soberanos (*ESP*, ed. n° 352, 31/03/1948, p. 16). Já os árabes impuseram suas condições para aceitar a tutela, conforme divulgou o periódico em 10/04/1948: o fideicomisso deveria durar cinco anos, a idéia de partilha deveria ser abandonada pela ONU e a tutela serviria para manter um governo árabe unificado (*ESP*, ed. n° 361, 10/04/1948, p. 2). Em suma, a posição árabe foi bastante intransigente, pois não aceitavam qualquer negociação com os judeus, tendente à formação de um estado judaico na região.

Acompanhando a evolução do conflito no noticiário do *ESP*, no fim do mês de abril de 1948, em face do agravamento da violência na Terra Santa, o Conselho de Segurança aprovou outra proposta dos EUA, a de criar uma comissão de trégua, composta por três nações (Estados Unidos, Bélgica e França), com o objetivo de elaborar um relatório sobre o cessar-fogo entre árabes e judeus. A França<sup>15</sup>, a Síria e a Agência Judaica concordaram com os EUA, enquanto a União Soviética discordou porque entendia que se tratava apenas de um modo de implantar o fideicomisso posteriormente. Porém a trégua somente ocorreu depois que a Inglaterra enviou mais tropas e bombardeou posições judaicas, como informou o *ESP*, em matéria da *AFP*, no dia 30 de abril. De fato, em 04 de maio, a cidade de Jerusalém foi objeto de cessar-fogo. O jornal *Al Balagh* interpretou diversamente, afirmando que a “URSS pretendia invadir a Palestina a 15 de maio” (*ESP*, ed. n° 381, 05/05/1948, p. 1).

Em 27 de abril<sup>16</sup>, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a notícia que a Liga Árabe decidira entrar em guerra (cada estado operaria em uma zona da Palestina, sob o comando único, e que haveria a interrupção do escoamento do petróleo pelo porto de Haifa), mas as dissensões árabes foram sugeridas, no dia 28 de abril, quando se publicou a suspeita de a Transjordânia ter intenções de anexar o território da Palestina,

---

<sup>15</sup> A França sempre insistiu no papel que a comissão de tutela teria na proteção de Jerusalém.

<sup>16</sup> Na mesma edição, há uma pequena nota sobre o convite que os EUA fizeram ao Brasil para enviar tropas para o exército internacional.

ao término do Mandato Britânico, contrariamente aos interesses da Síria, Egito e Arábia Saudita.

Entretanto a estratégia árabe de ataque à Terra Santa foi confirmada em 05 de maio de 1948, e consistiu na divisão, embora sob um exército unificado, dos países da seguinte forma: o Egito enviaria suas tropas ao sul da Palestina, a Síria e o Líbano seriam responsáveis pela região de Nablus – Jenin – Acre e a Legião Árabe, da Transjordânia atacaria, em conjunto com as forças iraquianas, o norte do Mar Morto.

Em 06 de maio de 1948, noticiou-se que o Conselho de Tutela da ONU proporia a nomeação de um comissário (uma personalidade neutra) para Jerusalém à Assembléia Geral que aprovou a idéia no dia seguinte (no dia 14 de maio o *ESP* divulgou o nome de Harold Evans, um líder *Quaker*, para ser o Comissário de Jerusalém).

A partir de 09 de maio de 1948, o *ESP* tornou público o início da retirada das tropas britânicas da Palestina e também deu ênfase aos preparativos para a declaração do estado judaico. Às vésperas da proclamação da criação de Israel, a imprensa noticiou a inevitabilidade da guerra entre árabes e judeus, porque ambos recusaram as propostas de tréguas da Inglaterra e dos EUA.

Na edição nº 389, de 14 de maio, o jornal publicou uma matéria da *AFP* sobre o relatório norte-americano, da Comissão de Assuntos Estrangeiros da Câmara: “remoto o perigo comunista no Oriente Médio” era o título da notícia e a análise foi a seguinte: por questões religiosas, a população árabe é refratária ao comunismo, embora haja fortes organizações comunistas na Síria e no Líbano. No Egito, o movimento é pouco expressivo. Quanto aos hebreus, o relatório examinava que o sionismo é um movimento nacionalista e os judeus comunistas não se submetem às ordens de Moscou. Há a organização comunista judaica (*Hashomer Hatzair*), composta de cerca de 10 mil membros, mas são teóricos marxistas, não estalinistas. Além do mais, a *Irgun* é o “braço secular da extrema direita sionista”, enquanto o *Stern* é um “ramo criminoso da *Irgun*, caracterizado por seus sentimentos violentamente anti-britânicos (*ESP*, ed. nº 389, 14/05/1948, p. 1).

Em 15 de maio de 1948, a manchete do *ESP* foi “Solenemente proclamada na Palestina a República de Israel”, após expirar o Mandato Britânico. O novo estado foi

reconhecido imediatamente pelos EUA e pela ONU<sup>17</sup>, enquanto a imprensa árabe dizia: “Graças ao mandato, os judeus puderam estabelecer-se na Palestina econômica, política e militarmente de forma a tornarem-se uma ameaça à própria existência dos árabes” (*ESP*, ed. n.º 390, 15/05/1948, p. 1).

---

<sup>17</sup> A Assembléia Geral da ONU rejeitou a proposta de fideicomisso.

### 3.2. O discurso jornalístico de artigos e de editoriais:

Considerando que as matérias eram compradas das agências internacionais, resulta que não havia diferença substancial nas notícias publicadas pelos periódicos examinados. Dessa forma, busca-se verificar se os artigos assinados e os editoriais (mostrando a linha ideológica do periódico) divergem ou coincidem em suas análises a respeito da criação do estado de Israel, levando-se em conta as opiniões explicitadas pelos periódicos selecionados.

#### 3.2.1 - *Jornal do Brasil*:

Cabe informar que a pesquisa encontrou apenas um artigo tratando da questão da partilha da Palestina, fato que, por si só, é digno de reflexão, porque talvez pudesse indicar a falta de relevância que o tema tivesse para o periódico. O *JB* apresentava seus editoriais sempre à página 5 e publicou um artigo, escrito por Meira Mattos, no dia 06 de dezembro de 1947, sob edição nº 287, a respeito da partilha da Palestina, manifestando-se nos seguintes termos: explica como se deu aprovação do único plano UNSCOP<sup>18</sup>, elaborado em conjunto entre EUA e URSS e que, em linhas gerais, previa a dissolução do Mandato Britânico para 01º de agosto de 1948, seguido de 2 meses de governo das Nações Unidas para, em 01º de outubro, formarem-se dois novos estados independentes, o judeu e o árabe, com a tutela internacional sobre Jerusalém. Depois, o artigo afirma que contrariamente ao apoio judeu, a medida foi rechaçada com veemência pelos árabes. Acrescenta que nos 27 anos de Mandato a Inglaterra não cumpriu a promessa de “lar nacional judaico” (Declaração Balfour) por resistência árabe. Ademais o plano UNSCOP foi considerado excessivamente favorável aos judeus.

A posição do articulista é bastante clara: sem negar a necessidade de um estado judeu, afirma que foi errônea a decisão da ONU por dois motivos: o primeiro seria o perigo de alimentar conflitos regionais naqueles tempos (obviamente o autor se refere à Guerra Fria) e o segundo seria a explosão de uma guerra semelhante ao que ocorria entre Índia e Paquistão. A solução, segundo este órgão de imprensa, teria sido um governo provisório das Nações Unidas, terminando o Mandato Britânico até que se encontrasse uma solução compatível aos anseios árabes e judeus.

---

<sup>18</sup> UNSCOP: *United Nations Special Commission on Palestine*.



### 3.2.2 - *Correio da Manhã*:

O *Correio da Manhã* apresentou alguns posicionamentos a respeito da partilha da Palestina, iniciando com uma entrevista, concedida pelo jornalista norte-americano Daniel Frisch, vice-presidente da Organização Sionista Americana, em sua visita ao Rio de Janeiro, e publicada em 02 de dezembro de 1947. O objetivo da vinda do jornalista era estabelecer contatos com as representações judaicas brasileiras e agradecer a postura do Brasil, em especial, de Osvaldo Aranha, na condução da Assembléia Geral da ONU quando foi votado o plano de partilha.

O editorial assevera ainda que o movimento sionista é composto por vários partidos e Daniel Frisch pertence ao grupo político que representa a classe média e os trabalhadores. “O objetivo desse partido é a fundação de um governo democrático na Terra Santa (...), baseado no norte-americano, porque (...) a verdadeira felicidade repousa não na direita, nem na esquerda, mas no centro”. Quanto à concretização da divisão, Daniel Frisch declarou que a tarefa é do Conselho de Segurança. O representante da Organização Sionista Americana disse também que os judeus nunca abandonaram um país, onde fossem bem tratados e a emigração judaica da Europa se deu em função do massacre nazista.

Frisch respondeu à pergunta se os árabes realmente declarariam guerra aos judeus, ao que o jornalista afirmou ser impossível por dois motivos: o primeiro é que os árabes são muito desunidos, “pois a diretriz traçada por todos os chefes é de se tornarem cada vez mais ricos” e exemplificou a rivalidade entre Ibn Saudi, da Arábia Saudita e Abdullah, da Transjordânia. O segundo motivo é que os árabes desconhecem as regras da guerra moderna.

Na edição nº 284, de 03 de dezembro de 1947, o *Correio da Manhã* fez uma análise da entrevista concedida por Daniel Frisch e afirmou que os dois argumentos apresentados pelo jornalista norte-americano são “frágeis. Para começar são um só. Não resta dúvida que os árabes (...) são de feitio nômade (...) quase tribal longe dos centros urbanos”. Mas, segundo o periódico, em momentos em que os árabes foram chamados à luta, “se tornam em verdadeira ‘nação’ poderosa, agressiva, móvel e inteligente”. Sobre o segundo argumento, o *Correio da Manhã* rebateu ao dizer que, na Primeira Guerra Mundial, os líderes árabes se uniram contra o Império Otomano. Por fim, o

jornal asseverou que os judeus têm direito a uma pátria depois de toda a perseguição sofrida.

No editorial, intitulado Lei, publicado na edição nº 288, de 07 de dezembro de 1947, p. 1, o *Correio da Manhã* se posicionou a favor do cumprimento da Resolução 181. Embora reconhecesse os direitos árabes, o jornal argumenta que se trata “unicamente o direito de populações nativas da Palestina”. Portanto não caberia a insurgência, nem a indisciplina dos demais países árabes quanto ao plano de partilha, porque se, cada vez que uma lei internacional desagradar a parte vencida, esta se rebelar, não haverá o respeito ao Direito Internacional.

De acordo com o *Correio da Manhã*, muitos são os que consideram os árabes destituídos de “mentalidade indispensável ao pleno uso e exercício da soberania democrática. Tal uso e exercício têm como condição necessária o respeito disciplinado pela lei”. Assim, obedecer às determinações da ONU seria mais proveitoso que apelar para a guerra, mesmo que o jornal reconheça a “colcha de retalhos” em que se transformaria a Palestina, se cumprida a Resolução 181.

Finalmente, o artigo elogia a atitude da diplomacia britânica por haver transferido à ONU, no tempo aprazado, os poderes sobre a Palestina, findando o Mandato Britânico. Segundo o periódico, “Quem resolveu foi o mundo, na livre expressão da sua vontade; a Inglaterra não teve nada com isso. Apenas preparou e encaminhou as coisas durante dezenas de anos, para que um dia a resolução viesse a ser como ela a previra” (*CM*, ed. nº 288, 07/12/1947, p. 1).

O periódico revela algumas posturas discriminatórias em relação à população árabe, ao considerá-la incompetente para dirigir sua política e implicitamente aceita o colonialismo britânico. É muito difícil desvincular o período do Mandato Britânico à decisão tomada pelas Nações Unidas. Por outro lado, as próprias notícias publicadas pelos órgãos da imprensa escrita já permitiam a leitura da posição ambígua do Reino Unido.

O *Correio da Manhã*, em sua edição do dia 24 de dezembro de 1947, de número 302, e intitulado *Árabes* teceu uma crítica à Liga Árabe, afirmando que é uma das “zonas de influência (...) menos coesas” e acrescenta que:

Para ser coesa falta-lhe o caráter democrático das populações ainda ali afeitas a um feudalismo fatalista, sobra-lhe a acuidade de interesses contraditórios que os soberanos e os grandes senhores árabes hoje disfarçam, mas não extinguem (...) falta-lhe acima de tudo a nitidez do recorte geográfico e político, e a colaboração do mar largo nessa nitidez.

O órgão de imprensa definiu a Liga Árabe como “um grêmio (...) comandado pelo Egito que (...) aspira a colher importâncias de nação-líder; e isso contém (...) o germe de antagonismos”. O periódico examina as possibilidades de cada país árabe se tornar o líder regional e conclui que este papel não está assegurado a nenhuma nação. No caso do Egito, afirma que foi uma grande civilização do passado, mas que a Turquia tem sido uma nação muito mais importante. Ressalta, então, que a Turquia não é membro da Liga Árabe e tampouco poderia ser a nação que liderasse um movimento de independência da Palestina, uma ex-província do Império Otomano.

No caso do Marrocos, outro país relevante para o mundo árabe, o artigo entende que mantém relações muito amistosas com a França e não as poria em risco para defender a Palestina. Ademais, como a Turquia, o Marrocos não participa da Liga Árabe. Nos termos do *Correio da Manhã*,

Marrocos vive hoje em relação à França numa posição de intimidade, mais que de dependência, de colaboração mais que de vassalagem; o que ali ocorre é um caso virgem no mundo, ultrapassando em muito o que possamos considerar colonialismo. As propagandas bolchevistas conseguiram não há muito criar ali uma pequena e passageira efervescência – mas bastou a nomeação e a presença do general Juin como residente geral em Marrocos, para que, sem uma violência, sem um sobressalto, e apenas pelo desdobrar de uma energia amiga, essa febre pouco alta cedesse lugar a uma saúde tranqüila. Existe ali uma nação franco-árabe (...) (*CM*, ed. n.º 302, 24/12/1947, p. 1).

Transparecem, no texto acima reproduzido, os valores deste veículo da imprensa escrita brasileira, procurando negar os efeitos da política de imperialismo, do fim do século XIX, levada a cabo, sobretudo, por França e Inglaterra. Contudo o ano é 1947 e a onda de descolonização na Ásia e na África apenas começava a assomar no cenário internacional.

O *Correio da Manhã* acentua sempre a ausência de democracia como a causa de desunião dos árabes e apresenta uma crítica ao mundo árabe desgarrado por carência de nacionalismo. “Faltam-lhe acima de tudo a nitidez do recorte geográfico e político” (*Correio da Manhã*, ed. 302, 24/12/1947). Também cita como fator de desagregação dos países árabes o “feudalismo fatalista” e ainda os interesses contraditórios das elites

dirigentes. Mas o editorial esquece que tais contradições não estão presentes somente no mundo árabe.

Aventa-se ainda quais os possíveis países que assumiriam a liderança do mundo árabe, alertando que a Palestina era uma província turca e que a Turquia não compunha a Liga Árabe, desqualificando esse país como líder. Por outro lado, o jornal minimiza a importância do Egito, como “nação-líder” do nacionalismo árabe e da revolta contra a criação do Estado de Israel, pois a Turquia e o Marrocos teriam maior relevância na História Moderna do que o Egito. Percebe-se uma posição favorável ao Colonialismo francês no Marrocos, ao afirmar que “Existe ali uma nação franco-árabe”. Logo, pensam que seria impossível uma adesão do Marrocos à Guerra Santa, porque tampouco esta nação integra a Liga Árabe. O Correio da Manhã, do dia 02/12/1947, na edição nº 283, traz uma boa análise dos mapas da Palestina, mostrando o aumento do território judeu sob o Plano UNSCOP: trata-se de um raro posicionamento pró-palestino, mostrando o desequilíbrio a favor dos judeus.



Contudo, no editorial *Judeus e Árabes* (04/01/1948), o *Correio da Manhã* comparou judeus e árabes, exaltando os hebreus porque teriam o ímpeto nacionalista que conforma uma nação, em contrapartida aos árabes que tenderiam ao fanatismo religioso. O começo do artigo já indica o tom da comparação entre as duas culturas, com desprestígio para os árabes, embora seja precipitado afirmar que o *Correio da Manhã* tivesse uma postura amplamente favorável aos hebreus<sup>19</sup>:

Para compreender o choque de antagonismo na Palestina, é preciso ter em vista o espírito nacional do israelita e o espírito religioso do árabe.

Os israelitas formam uma Nação que aspira a ser Estado; constituem um povo rijamente vinculado por indestrutível sentimento nacional, mas que permanece politicamente no vácuo, sem território, nem governo.

O sonho de Moisés – regresso a Canaan – pode coincidir, pois, com o interesse do mundo. Resta não obstante a barreira árabe. Se neles, divididos em tribos, não transparece sentimento nacional, explode um bárbaro sentimento religioso que se nutre de sangue. Maomé pregou a “guerra santa”. Morte aos infiéis! Por infiéis entendem eles todos os não maometanos (...)

Defender-se deles, não é fácil. Fatalistas, crentes no Livro do Destino, morrem pela fé belicosa com volúpia. O paraíso maometano é material, promete gozo a quem sucumbir na “guerra santa”. (*Correio da Manhã*, ed. nº 310, 04/01/1948, p. 1)

Finalmente, o *Correio da Manhã* publicou na edição nº 910, de 06 de maio de 1948, um editorial, chamado, *Islam*, no qual evidencia uma opinião fundada em teorias racistas em relação aos judeus, embora pretendesse tecer um elogio aos hebreus. Assim, o artigo afirma que “se depois do dia 15 os Árabes sentirem as mãos livres, também os judeus as sentirão assim e poderão revelar surpresas que seriam muito mais conformes com a sua índole racial, com a sua previdência astuta e atávica”.

O artigo procura apresentar igualmente uma análise das forças atuantes na Palestina: primeiramente, cita a Liga Árabe e diz que, embora tenha uma retórica de violência, “é muito mais difícil uma união sincera e duradoura entre dois povos árabes, que uma aglutinação mais ou menos estável de árabes e judeus sob um só poder”. Daí que o jornal critica a estratégia de guerra formulada pela Liga Árabe de atacar o território palestino em diferentes frentes. Novamente se verifica um comentário

---

<sup>19</sup> Seria interessante pesquisar no *Correio da Manhã* como este órgão avaliava os judeus antes da decisão das Nações Unidas, pois uma possibilidade é que o jornal simplesmente adotasse um posicionamento de não conflitar com as grandes potências, sem, contudo, haver um interesse genuíno na questão judaica.

desabonador em relação aos árabes, quando escreve que “Mas grande seria a evolução da mentalidade árabe se todo esse plano fosse fria e serenamente seguido”. Contudo, explica que a Transjordânia tentará anexar a Palestina, para descontentamento de libaneses, sírios e egípcios. Também salienta a fraqueza e desorganização das tropas árabes.

Em relação à falta de uma clara política dos EUA para a região, o artigo avaliou-a negativamente e finalizou, dizendo que o ator mais prejudicado nesse conflito seria a ONU, pois o desrespeito à implementação da partilha, nos termos determinados pela Resolução 181, levaria ao desprestígio da instituição.

### 3.2.3 - *O Estado de São Paulo*:

A primeira análise mais densa sobre a criação do estado de Israel se encontra na edição do periódico de 30 de novembro de 1947, cujo teor é aqui reproduzido:

É de esperar que a decisão da Assembléia Geral da ONU no tocante à partilha da Terra Santa venha a suscitar as reações mais contraditórias. No campo judaico e dos amigos da causa judaica prevalece, no momento, a esperança de que a decisão da ONU virá constituir o início promissor de uma nova fase da história de um povo sujeito a inúmeros preconceitos injustos e perseguições bárbaras. Efetivamente, é comum a todos os amigos da democracia e de uma concepção de vida humanitária, o desejo de que a decisão da ONU satisfaça as esperanças que os sionistas, e não somente eles, depositam na partilha da Terra Santa.

É necessário, contudo, mencionar o fato de que a atitude da Assembléia Geral da ONU virá criar inúmeros problemas difíceis na época de transição. Um aspecto não menos delicado representarão as futuras relações entre judeus e árabes, ainda que ambas as partes apenas possam ganhar com a conciliação.

É preciso, também, pensar nas dissensões internas dos judeus na Palestina, como, por exemplo, nas divergências entre elementos moderados e radicais, no antagonismo social, etc. Todavia, é de esperar que a maioria esmagadora dos líderes judaicos evidencie muito senso de responsabilidade e realismo para chegar a uma política de meio-termo, suscetível de garantir a estruturação bem sucedida do primeiro Estado judaico depois de quase dois mil anos.

Outro problema será a convivência entre judeus e árabes, problema que não seria tão espinhoso se não houvesse tantas interferências de terceiros, isto é, de forças para as quais as riquezas petrolíferas e a luta pelo domínio no mundo são muito mais importantes do que a pacificação de uma região em si de pouca relevância para as decisões relativas à política mundial. Eis porque continuamos céticos no que respeita a certos aspectos da atitude assumida pela Assembléia Geral da ONU. No fundo, não acreditamos na conduta desinteressada das três grandes potências envolvidas na questão. Seríamos mais otimistas se existissem melhores perspectivas no tocante à aproximação direta entre judeus e árabes (*O Estado de São Paulo*, ed. nº 252, 30/11/1947, p. 1).

Surpreende o nível de realismo político demonstrado pelo periódico. De fato, o grande problema que o nascimento de Israel suscitou foi o destino dos árabes. Os demais jornais não revelaram preocupação maior com os palestinos, pois o contexto internacional era muito favorável à causa judaica. Ademais não se podem esquecer as conversações dos líderes árabes com os nazistas, a fim de angariar apoios para a questão palestina. Por fim, a guerra engendrada pelos países árabes, negando-se a reconhecer a formação de Israel também foi uma atitude que atraiu a antipatia do Ocidente. Outro ponto interessante presente no editorial de *O ESP* é a análise a respeito dos interesses

petrolíferos que guiaram as potências ocidentais.

Em 04 de dezembro de 1947, o *ESP* divulgou uma análise, segundo a qual a tensão resulta, em parte, dos acontecimentos recentes, mas vem de antes pelos extremistas de ambos os lados. No mesmo mês, há um artigo que afirma “Continua sem solução o problema árabe-judaico na Palestina, pois a situação piora, aumenta a violência sob a alegação de “direito de auto-defesa” (as vítimas desde 01º de dezembro somavam o total de 1.065 pessoas), sem contar os prejuízos econômicos e há o perigo de piorar a situação na Palestina após o fim do Mandato Britânico (*ESP*, ed. nº 275, 28/12/1947, p. 1).

No artigo, intitulado *O Estado Israelita*, redigido por Donald Bell, afirmou-se que a criação do estado judeu na Palestina “é uma derrota decisiva para a Liga Árabe, fundada precisamente para evitar esse acontecimento”. O autor escreveu que foi também um fracasso para a Grã-Bretanha e que a questão naquele momento era sobre quem herdaria o espólio do Império Britânico. Mas Bell advertiu sobre o perigo de uma aliança, de conveniência, entre árabes e ingleses para frustrar a decisão da ONU.

Mas, na avaliação do jornalista, isso seria um erro fatal para a política inglesa, já que os judeus, além de melhor organizados, contavam com o apoio das duas potências que “patrocinaram a criação do Estado israelita”. Segundo o articulista, uma guerra contra os judeus logo se revelaria prejudicial aos árabes; estes teriam que se reconciliar com as grandes potências e, ao mesmo tempo, encontrar uma fórmula de convívio com o estado judeu (comparando-se a situação entre a Índia e o Paquistão).

O grande dilema consistiria no papel da Liga Árabe, dadas as divergências entre seus membros: o emir Abdullah é temido por suas pretensões de anexar a Palestina à Transjordânia. Porém também a Síria e o Líbano sofrem as suspeitas de expansionismo, inclusive para deter o avanço iraquiano em direção ao Mediterrâneo. Por outro lado, Bell argumenta que o Egito e a Arábia Saudita “reivindicam a liderança intelectual do mundo árabe”. Diante de tantas incógnitas, a guerra contra Israel seria uma derrota para os árabes, cujo nacionalismo não está consolidado.

Quanto ao papel da URSS, o único ganho que teriam com o apoio aos judeus, seria o afastamento definitivo da Grã-Bretanha daquela região, já que os soviéticos não poderiam alimentar a esperança de uma aproximação do mundo árabe em relação ao



socialismo.

Nesse jogo de forças, segundo a visão de Bell, o país vencedor seriam os EUA, porque eram os únicos a deter a “riqueza material necessária para o progresso econômico dessa área atrasada”, e a Arábia Saudita se mostrou um aliado norte-americano. Por fim, Bell diz que “os árabes ficarão impressionados com o poder dos Estados Unidos de impor uma solução ao velho problema da Palestina”.

Embora a análise de Bell tenha sido muito acurada quanto ao papel de cada ator internacional e ao resultado desastroso de uma guerra dos árabes contra os judeus, pode-se comentar sobre a dificuldade de se fazer projeções futuras, já que os EUA, até os dias atuais, não conseguiram deslindar o conflito entre palestinos e israelenses, o que não confirmou as expectativas do jornalista<sup>20</sup>.

Segundo publicado no jornal em outra análise, o conflito mina a confiança das massas na ONU e se posiciona, ao dizer que “não se trata mais de discutir a razão ou não da atitude da ONU, ao decidir o que decidiu. O importante é estabelecer um rumo certo a ser seguido” (*ESP*, ed. nº 304, 01/02/1948, p. 48).

Em 14 de fevereiro, faz-se uma análise da situação da Palestina e se afirma que, nos EUA, as companhias petrolíferas, os diplomatas e os militares lamentam o apoio do país à partilha da Palestina e a situação seria menos complicada se os votos judeus não contassem tanto para Truman. Segundo a opinião ventilada pelo jornal, para a Grã-Bretanha, seria mais vantajoso acabar rapidamente com o Mandato Britânico e também entende que seria muito difícil formar um exército internacional.

No dia 19 de fevereiro de 1948, o *ESP* divulgou um artigo escrito por Hal Lehrman<sup>21</sup> sob o título “Por que os judeus fogem da Europa Oriental?”, no qual o autor diz que a miséria, os pogroms e a falta de liberdade nos países comunistas, levaram os judeus a uma emigração em massa da Europa Oriental. Ele afirma que a fuga dos Bálcãs

---

<sup>20</sup> Há outro artigo de Donald Bell, publicado pelo *ESP* no dia 31 de janeiro de 1948, mas se encontra ilegível no site do periódico e, portanto, não foi analisado.

<sup>21</sup> No artigo, há uma referência a Hal Lehrman, conforme segue: o autor, chefe do Escritório de Informações de Guerra na Turquia, durante o último conflito, regressou recentemente de uma excursão de 18 meses aos países europeus por trás da Cortina de Ferro, durante os quais passou uma grande temporada na Romênia. Lehrman publicou recentemente ‘A Europa Soviética’, em que faz uma extensa crítica aos regimes comunistas da Europa Oriental.

não se deu porque se tratasse de um “complot do Kremlin para infiltrar comunistas na Palestina”; seria antes uma reação à falta de liberdade econômica nos países comunistas. O autor explica que, ao cabo da Segunda Guerra Mundial, muitos judeus sobreviventes foram capturados pelo Exército Vermelho, como “estrangeiros inimigos” e levados a campos de trabalho na União Soviética. De regresso às nações de origem, os judeus não tiveram a restituição de suas propriedades privadas, confiscadas primeiramente pelos nazistas e depois pelos comunistas. “O pretexto oficial era que a restituição seria uma discriminação contra os não judeus” e que “o seu estatuto permanente como classe oprimida foi assegurado pela legislação comunista contra a iniciativa privada”. Como a população judia era tradicionalmente formada por negociantes, foi prejudicada pela “economia totalitária”.

Mais adiante Hall Lehrman expõe que “anti-semitas por natureza, as massas ressentidas com o domínio comunista se voltam para os judeus como o bode expiatório de costume”. Segue dizendo que a maior emigração tem ocorrido na Romênia, onde a seca e a requisição de alimentos levou a fome à população. A partir daí, Lehrman aumenta o tom da crítica aos países soviéticos, afirmando que havia em curso um processo de conversão compulsória dos judeus ao comunismo. Denuncia, além disso, que muitos judeus, ocupando cargos oficiais nos países comunistas, declararam não se preocupar com a questão judaica, mas sim com a luta antifascista.

A conclusão de Lehrman é que o bloqueio pelas forças britânicas, dos navios transportando judeus para a Palestina, sob a alegação de que seriam agentes comunistas se infiltrando na Terra Santa, é um absurdo, pois se trata apenas de jovens judeus com o objetivo de se tornarem agricultores (*ESP*, ed. n° 318, 19/02/1948, p. 1). O artigo foi escrito como reação à decisão britânica de restringir a entrada de judeus clandestinos na Palestina (além dos limites legais impostos pela quota de imigração prevista durante o Mandato Britânico). Este artigo é bastante condizente com a linha ideológica conservadora e anticomunista de *O Estado de São Paulo*.

O *ESP*, em sua edição n° 348, do dia 25 de março, publicou à página 14, uma interessante análise do conflito árabe-judeu: diz que após a rejeição, tanto por árabes, quanto por judeus do plano norte-americano de tutela, a situação se deteriorou na região. Por outro lado, a URSS atacou a Liga Árabe, “qualificada de instrumento da política externa britânica”, porque depois da ruptura entre os sionistas e os ingleses,

Londres passou a apoiar os países árabes. Os soviéticos perceberam a impossibilidade de afastar a influência britânica no Oriente Médio e, portanto, tendem a dar auxílio às forças judaicas. “No fundo, árabes e judeus não passam de vítimas da política de força das grandes potências”, finda o editorial.

A situação grave na Palestina é examinada, pelo *ESP*, em artigo que afirma o seguinte: a ONU poderia obrigar os estados árabes a cumprirem a resolução se os EUA apoiassem um exército internacional, mas EUA não podem fazê-lo por duas razões: em primeiro lugar, os interesses petrolíferos; em segundo lugar, a possível presença da Rússia no Oriente Médio. Há ainda a questão dos votos judeus. Por isso que Warren Austin fez um discurso “contemporizador” e não aprovou a força internacional, remetendo a solução do problema palestino aos cinco permanentes do CS.

No dia 14 de abril de 1948, o periódico publicou uma análise sobre a situação palestina, quando a Liga Árabe recusou o projeto norte-americano de tutela e condicionou a trégua, proposta pela ONU, a condições impossíveis de serem aceitas pela Agência Judaica. Um segundo ponto abordado é a tentativa da Liga Árabe de impedir a assinatura “em separado” de acordos de seus membros com países de fora da organização. O objetivo seria evitar que o emir Abdullah, com estreitos vínculos com a Inglaterra, pudesse concretizar um plano secreto, no qual a parte palestina, onde vivem os árabes, seria anexada à Transjordânia e a parcela do território, onde se encontram os judeus, tornar-se-ia um estado independente hebreu. Finalmente há o problema do acordo entre a *Haganah* e a *Irgun* que estabeleceram um acordo, contrariamente à vontade dos judeus socialistas (*ESP*, ed. nº 364, 14/04/1948, p. 1).

Segundo a opinião lançada no jornal, os EUA teriam cedido às pressões das companhias petrolíferas, mas alerta quanto aos votos dos judeus do Bronx, Nova Iorque, no Partido Progressista, de Wallace, pondo em risco a candidatura Truman.

São postos três problemas na questão palestina de acordo com opinião publicada pelo *ESP*: 1º) a atitude da Grã-Bretanha: uma vez aceita a decisão da ONU, significa que este organismo assumirá todas as responsabilidades e riscos pela grave situação palestina; 2º) as relações entre a maioria dos judeus e os pequenos, mas bem organizados grupos terroristas. É de temer que alguns grupos terroristas realizem o plano de potências interessadas em perturbar a ordem no Oriente Médio. As ações

terroristas poderiam fortalecer as correntes radicais árabes e judaicas. 3º) a atitude dos árabes: aqui estão presentes duas ameaças; sendo a primeira representada pela Guerra Santa (mas as forças da *Haganah* são mais poderosas que as árabes, exceto as da Transjordânia) e a segunda que seria uma eventual multiplicação de choques sangrentos.

No dia 27 de abril de 1948, o *ESP* publicou um editorial que examinava as três frentes de luta na Palestina: a primeira era a ONU, dizendo que a URSS havia abandonado o boicote que vinha fazendo contra o Conselho de Tutela - plano a ser aprovado pela Assembléia Geral da ONU; a segunda frente era formada pelos campos de batalha, nos quais os judeus eram vitoriosos e, por fim, os estados árabes, marcados por muitos “antagonismos”. De acordo com o *ESP*, “nenhum dos governos árabes quer que um dos outros ganhe prestígio ou território na luta”. Logo, o comando militar único não prosperaria. O exemplo seria o jornal egípcio que condenava a passividade da Liga Árabe.

No dia seguinte, foi divulgada outra análise, cujo teor era o seguinte: as potências só divulgam meias verdades e são pontuados alguns problemas que colaboravam para impedir uma solução para a Palestina. Assim, a Inglaterra não quer “entregar posição de preponderância aos EUA” (*ESP*, ed. nº 376, 28/04/1948, p. 1). Em segundo lugar havia as rivalidades petrolíferas; em terceiro, o choque entre a URSS e o Reino Unido e finalmente havia o problema do emir Abdullah: queria manter boas relações com a Liga Árabe e, ao mesmo tempo, com a Grã-Bretanha, porque seu objetivo era anexar a Palestina e precisaria do apoio desse último país. Para o soberano da Transjordânia, os outros países árabes ameaçavam-no mais que os judeus.

Em 29 de abril, analisa-se como positiva para os judeus a nomeação do major-general John Hilldring para o cargo de Assessor Especial para a Palestina, em substituição a Loy Henderson, cuja preocupação maior eram as boas relações com os árabes (em vez de compromissos eleitorais), sugerindo a importância da questão do petróleo. *O Estado de São Paulo* publicou, em 1º de maio, um breve exame sobre a atitude dos EUA, afirmando que este país já alertara os árabes sobre o perigo da penetração soviética no Oriente Médio. Diz-se que, para os árabes, a questão palestina tem pouco a ver com ideais, e sim com interesses, como anexar territórios, ou aumentar a esfera de influência. Ademais os líderes árabes já haviam percebido a posição do Emir

Abdullah, da Transjordânia.

Na edição nº 380, do dia 04 de maio de 1948, o *ESP* divulgou o seguinte artigo a respeito da chegada de reforços militares britânicos à Palestina: reportando-se ao jornal londrino *Times*, afirmava que a posição do governo inglês tinha o objetivo de garantir a saída de civis britânicos, bem como separar árabes e judeus. Há uma crítica às agências telegráficas, as quais não dão a “menor noção dos acontecimentos decisivos que se desenrolam nos bastidores”. O problema, diz o artigo, é que “mais tropas britânicas pode significar mais conflito entre ingleses e judeus”. Por fim, segundo a visão publicada no jornal *ESP*, os Estados Unidos fracassaram em fazer um acordo com o Reino Unido e a França para enviar tropas e aparentemente teriam desistido do sistema de tutela.

O editorial de 07 de maio diz que os Estados Unidos pediram à Grã-Bretanha a prorrogação do mandato britânico por dez dias (até 25/05/1948), o que foi negado e se atribui a Washington a responsabilidade pela solução de um problema que, segundo os ingleses, foram os norte-americanos que criaram. A edição nº 385, de 09 de maio, traz um diagnóstico do conflito entre ingleses, judeus e árabes, quanto à imigração judaica, pois os hebreus querem aumentar o limite da quota de imigração, enquanto a Grã-Bretanha não o aumenta sem o consentimento dos árabes. Estes, a seu turno, são obviamente contra quotas adicionais. É feita uma crítica à ONU, dizendo que foi mais fácil para os países votar a divisão do que anular o limite de quotas.

No dia 11 de maio, há um exame sobre as vitórias judaicas obtidas contra os árabes: entende-se que os judeus tinham mais coordenação e disciplina, além do mais, conheciam as lutas das últimas guerras européias, mesmo sem armas ultramodernas. Ademais pesam ainda as diferenças entre os árabes, já que o ex-Mufti de Jerusalém tem rivalidades com a Liga Árabe e esta, por sua vez, está em desacordo com as pretensões do Emir Abdullah, da Transjordânia.

Às vésperas da fundação de Israel, no dia 12 de maio, o *ESP* divulgou um artigo, assinado por J. Merleau-Ponty, no qual afirmava: “A Palestina dividir-se-á por si mesma”. Suas razões eram que os EUA substituíram a partilha pela tutela, para ter paz, o que foi um erro. Os árabes não querem a partilha, a tutela, nem o estado judaico e se uniram, sobretudo, após a tomada de Haifa (onde finda o oleoduto para escoar o

petróleo árabe). A Transjordânia era o país melhor aparelhado, por meio da Legião Árabe, comandada pelo inglês, Clubb, composta por oficiais ingleses e dotada de bom aparelhamento. Porém, dadas as boas relações com a Grã-Bretanha, os outros países árabes tiram proveito e vão se mover para não deixar o emir Abdullah fundar o reino da Grande Síria<sup>22</sup> sozinho. A Grande Síria significava um temor para o Egito, o Líbano e a Arábia por questões petrolíferas. Por outro lado, Abdullah não pode atacar a Palestina sem a anuência inglesa. Já os sionistas reforçaram suas posições. O estado judeu, acordado entre o emir Abdullah, a Agência Judaica e o Reino Unido impunham os limites da partilha. A Transjordânia ficaria dona da parte árabe, o que não agradou totalmente os sionistas que ficariam com uma parte menor. O problema é que os outros estados árabes se sentiriam logrados. Tampouco os EUA estavam satisfeitos, pois “as declarações oficiais sobre pretendidas ameaças russas no Oriente Próximo servem sempre para acentuar as divergências entre norte-americanos e ingleses nessa região, sobretudo no que se refere ao petróleo”. A Grande Síria é uma idéia inglesa. Era uma arma política contra a França e poderia servir hoje contra os EUA. A Grã-Bretanha pode sair por uma porta e entrar por outra, ao ajudar os árabes e os judeus ao mesmo tempo (ESP, ed. n° 387, 12/05/1948, p. 1).

Algumas conclusões a respeito dos editoriais e dos artigos são as seguintes: enquanto o *Jornal do Brasil* pouco analisou a questão palestina, o que poderia ser interpretado como de interesse menor para o periódico, o *Correio da Manhã* e o *Estado de São Paulo* apresentaram um número razoável de análises. Entretanto várias dessas eram estrangeiras e refletiam os interesses de seus países (potências ocidentais). Quando o exame era feito por jornalistas brasileiros não houve dissonância no discurso periodista dos jornais pesquisados.

Havia, ademais, a tendência de reconhecer a validade dos argumentos sionistas, quanto à necessidade de um lar nacional judeu que os protegesse de massacres, como a perseguição nazista recentemente ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Mas foi possível perceber nitidamente a postura pró-ocidental, ora afirmando que a decisão da ONU tinha força de lei e não poderia ser descumprida, ora defendendo um governo internacional das Nações Unidas ao cabo do Mandato Britânico. Em geral, havia o

---

<sup>22</sup> Reino da Grande Síria: projeto de 1918, da Liga da Arábia, elaborado pela dinastia Hachemita contra o Império Otomano.

reconhecimento da derrota inglesa perante o plano concebido pelos EUA e pela URSS.

A crítica ao comunismo também apareceu de modo constante, bem como se salientou a desorganização dos árabes, tanto em termos bélicos (poucos soldados, sem armamentos modernos, sem noção de como travar uma guerra contemporânea), como em termos de divergências internas da Liga Árabe que impossibilitavam a união dos árabes em torno de uma causa comum. Por fim, caberia dizer uma última palavra sobre o nítido preconceito em relação aos árabes em alguns textos, quando afirmavam que se trataria de um conjunto de tribos, unidas por motivos religiosos e sem condições do exercício de soberania em um estado independente, devido à falta de tradição democrática.

**TABELA COMPARATIVA:**

	<b>JORNAL DO BRASIL</b>	<b>CORREIO DA MANHÃ</b>	<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b>
Ano de fundação	1891	1901	1875
Cidade	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Fundadores	Rodolfo Dantas	Edmundo Bittencourt	Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense
Posição política	Monarquista até 1894, após, republicano	Contrário à República Velha	Republicano, antimonarquista e liberal
Representação da Composição Social <sup>23</sup>	setores populares	classes médias urbanas	elites agro-exportadoras paulistas
Nº de dias com notícias publicadas sobre o tema	67	96	93

<sup>23</sup> Convém reafirmar que a representação social dos jornais não tinha uma vinculação automática com a linha editorial, pois os três jornais possuíam um perfil conservador.

## CONCLUSÃO

Para concluir, a imprensa brasileira, examinada através de notícias dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, retratou profusamente o nascimento do Estado de Israel e o conflito gerado com os países árabes. Há várias notícias divulgadas, mas cabe salientar que todos os periódicos compraram-nas das agências internacionais, como a *United Press*, *Associated Press*, *France Presse* e *Reuters*. Dois comentários podem ser tecidos a respeito: em primeiro lugar, demonstra o quanto a imprensa mundial (incluindo-se a brasileira) se dirigiu rumo aos moldes das empresas capitalistas, como assinalou Nelson Werneck Sodré.

Em segundo lugar, a concentração da informação resultou na homogeneidade das matérias publicadas. Ao menos no noticiário internacional, ao se fazer uma comparação entre os periódicos, percebe-se claramente que há uma reprodução das informações. Certamente não há como modificar o fato ocorrido, mas o modo como é anunciado pode sofrer modificações. Os editoriais, portanto, seriam o único espaço possível para realçar as diferenças entre os órgãos de comunicação.

Com efeito, conclui-se que o *Jornal do Brasil* não dedicou seus editoriais à questão da Palestina, enquanto que o *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo* sugerem divergências no tratamento do tema. Aqui cabe a ressalva de que a homogeneidade verificada nas notícias internacionais também pode ter outra razão, qual seja a pequena diferença de estrato social que representavam os jornais analisados: são periódicos eminentemente conservadores, pertencentes à grande imprensa, com a sutil divergência em relação ao *Correio da Manhã*, que tinha base nas classes médias urbanas, mas que também demonstrou uma postura conservadora nos editoriais e nos artigos a respeito do tema pesquisado. Cabe finalmente a pergunta: se a composição social desses jornais não era igual, por que os editoriais e artigos se equivaliam na análise dos fatos internacionais? Pode-se levantar a hipótese de que os três periódicos eram politicamente conservadores, ainda que veiculassem as visões de mundo de diferentes classes sociais.

Algumas conclusões sobre os principais atores envolvidos nesse jogo são as seguintes: a Grã-Bretanha não pretendia perder a Palestina como zona de influência e, portanto, não era favorável ao fim do Mandato Britânico. No entanto, já há vários anos,



como visto anteriormente, Londres não conseguia lidar com as constantes pressões do movimento sionista para a realização do lar nacional judaico. Além disso, há que se ressaltar certo esfacelamento do Império Britânico, já que também no ano de 1948 a Índia se tornou nação independente. Daí pode-se compreender o voto de abstenção no dia 29 de novembro de 1947 e a política dúbia que adotou até o término do Mandato Britânico.

Em relação aos EUA, pode-se resumir sua posição da seguinte maneira: inicialmente propositor do plano de partilha da Palestina em dois estados, o presidente norte-americano viu-se, ao longo do processo, entre duas forças: a pressão exercida pelas companhias petrolíferas que temiam qualquer desacordo com os árabes e, por conseguinte, a interrupção do escoamento do petróleo do Oriente Médio. A segunda força era a premência política, já que o democrata Henry Truman necessitava dos votos judeus (como Nova Iorque) para garantir as eleições seguintes. Por isso, da mesma forma que a Inglaterra, os Estados Unidos tiveram uma política oscilante quanto à Palestina. Por fim, não se pode esquecer o contexto da Guerra Fria que levou ao temor estadunidense de uma possível presença soviética no Oriente Médio.

A União Soviética, de acordo com o *Sunday Chronicle* (como publicado por *O Estado de São Paulo*, em 04 de maio de 1948), foi favorável à divisão da Palestina, a despeito de sua postura anti-sionista do passado, em virtude do caráter nacionalista desse movimento. Por outro lado, os árabes eram refratários ao comunismo e, portanto, não gozaram do apoio soviético. No entanto, caberia pesquisar melhor o interesse de Moscou em entrar numa antiga esfera de influência britânica e do imperialismo ocidental.

Os países árabes apresentavam um discurso unificado: eram contrários à divisão da Palestina, mas favoráveis ao fim do mandato britânico. Queriam, portanto, o estado árabe soberano da Palestina. Contudo, apesar do desejo comum, os árabes apresentavam divergências internas que os fizeram hesitar diante do contexto da partilha. Deduz-se da leitura dos jornais que o emir Abdullah, da Transjordânia, era o maior interessado na anexação do território palestino ao fim do Mandato Britânico; atitude que gerou sérias desconfianças por parte dos vizinhos, que temiam não só a expansão da Transjordânia, como as relações muito próximas que o rei mantinha com os ingleses.

Com certeza, a posição mais clara foi a dos judeus, os quais não titubearam em sua exigência do termo do Mandato Britânico para a ulterior criação do estado de Israel como “lar nacional dos judeus”. Entretanto, não foi possível deduzir, a partir da

pesquisa, se o movimento sionista aceitou a partilha da Palestina, como a fórmula mínima de solução da questão judaica, ou se havia a intenção futura de anexar paulatinamente parcelas do território palestino de modo a configurar um estado unificado hebreu.

## FONTES E PÁGINAS WEB PESQUISADOS

Jornal do Brasil

Correio da Manhã

O Estado de São Paulo

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

O Estado de São Paulo: <http://www.estadao.com.br/>

Portal de Periódicos da CAPES: <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAGÃO, Maria José. **Israel x Palestina**: origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa**: Brasil - 1900 - 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Imprensa e Poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CD A Q F j A A & u r l = h t t p % 3 A % 2 F % 2 F w w w . b r a p c i . u f p r . b r % 2 F d o w n l o a d . p h p % 3 F d d 0 % 3 D 1 0 0 6 1 & e i = T a - x U p Y X q q 2 w B M e c g N A L & u s g = A F Q j C N G N V W 9 t F N Y e 1 r F P H S U s w R - G X F T y w w & s i g 2 = 8 7 0 - N 4 V 6 D R I f 4 8 d 8 j P 1 E 5 g>. Acesso em: 17 set. 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRICHS, Ferrán Izquierdo. Sionismo y Separación Étnica en Palestina durante el Mandato Británico: la defensa del trabajo judío. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol. X, n. 227, 2006. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-227.htm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Las Raíces del *Apartheid* en Palestina: la judaización del territorio durante el Mandato Británico. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**

**Sociales.** Barcelona, vol. XI, n. 246, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-246.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982.

CAMARGO, Cláudio. As Guerras Árabe-Israelenses IN: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

\_\_\_\_\_. A Imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS.** Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

FONSECA, Letícia Pedruce. **A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.** 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes e Design. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2008.

FRASER, Thomas G. **Il conflitto arabo-israeliano.** Bologna: Il Mulino, 2004.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo.** Lisboa: Gradiva, 1993.

HERZL, Theodor. O Estado Judeu: ensaio de uma solução da questão judia. Organização Sionista Unificada do Brasil, 1947 IN: GOODMAN, Paul. **História do Povo de Israel:** manual da história judaica até a nossa época. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.

HIRST, Mônica. **Brasil-Estados Unidos:** desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico – breves considerações. **Historiæ**. Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2371/1259>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MASSOULIÉ, François. **Os Conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Ática, 1997.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p.35-65, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/download/30480/25772>>. Acesso em: 04 set. 2013

NEFF, Donald. The Palestinians and Zionism: 1897-1948. **Middle East Policy**. vol. 4., nº 1-2, 1995. Disponível em: <<http://go.galegroup.com.ez45.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALEA17975790>>. Acesso em: 05 abr. 2013

SALEM, Helena. **O que é a Questão Palestina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SILVA, Edilson Adão C. **Oriente Médio: a gênese das fronteiras**. São Paulo: Zouk. 2003.

SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina: as raízes do ódio**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma História Profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

\_\_\_\_\_. **Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**.

Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o**  
nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.